

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMIENSE

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

INGRID SANTOS DE CARVALHO

**LEI Nº 10.639/2003: OS DESAFIOS ENFRENTADOS PELOS DOCENTES EM SALA DE  
AULA**

Niterói

2018

INGRID SANTOS DE CARVALHO

**LEI N° 10.639/2003: OS DESAFIOS ENFRENTADOS PELOS DOCENTES EM SALA DE  
AULA**

Trabalho de Conclusão de Curso Graduação da Faculdade de  
Educação da Universidade Federal Fluminense de Niterói para  
obtenção do Grau de Licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Zuleide Silveira

Niterói

2018

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pelo caminho percorrido até a conclusão do trabalho, e a Nossa Senhora Aparecida por ter me guiado e me guardado, principalmente este ano, por ter dado força para seguir em frente em todos os desafios enfrentados.

A minha mãe amada Josenara, que sempre me incentivou, ajudando, cuidando e dando o apoio necessário para a realização dos meus sonhos

O meu pai José Carlos que sempre mostrou a importância da educação como um papel transformador em nossas vidas, e toda a sua dedicação e anos de trabalho a Marinha do Brasil que garantiu o sustento de nossa família, na qual teve que abrir mão por anos da profissão ao qual deseja ser professor.

Aos meus irmãos queridos Marcelo e Marcio que sempre caminharam lado a lado como uma família ajudando e apoiando um ao outro em todos os momentos.

O meu sobrinho Lorenzo que trouxe uma nova cor a minha vida, que faz com que a cada eu me renove como professora e ser humano.

A minha avó materna Leonora e avó paterna Maria Luiza, em memória, por ser aquelas avós corujas dedicadas que só transmitiam a paz e o amor.

Ao meu padrinho Alfredo, em memória, que partiu, quando eu era tão nova, porém sua falta faz-se presente até hoje.

Ao amor da minha vida Bruno, que esteve comigo em todos os momentos da graduação, dando todo o apoio necessário, que assim como eu escolheu essa linda profissão. Que se dedica a uma sociedade mais justa, de luta a fim de garantir o lugar do negro.

Nessa caminhada conheci pessoas que fez meu dia a dia na Faculdade tornaram-se melhores, agradeço minhas amigas: Bárbara, Priscilla e Mayara.

Aos docentes que marcaram minha trajetória: Regina Dias, Marcelo Mac Cord, Edith Frigotto, Mariana Paladino, José Antônio Sepulveda, Tania de Vasconcellos, Eliane Arenas, Silvério Augusto Souza e à minha orientadora, Zuleide S. Silveira. pelo carinho, paciência e ensinamento.

“Eu quero uma história nova  
Não este conto de fadas brancas e ordinárias  
Donas de nossas façanhas  
Eu quero um direito antigo  
Engavetado em discursos  
Contidos, paliativos  
(Cheios de maçãs e pêras)  
Bordados de culpas e crimes  
Eu quero de volta, de pronto  
As chaves dessa gaveta  
Por arquivos trancafiados  
Onde jazem meus heróis  
Uma “nova” história velha  
Cheia de fadas beíquidas  
Fazendo auê, algazarras  
Com argolas nas orelhas,  
De cabelos pixaim  
Engasgando príncipes brancos  
Com talos de abacaxi”.

**DANDARA: A FACE FEMININA DE PALMARES**

## **RESUMO**

Este trabalho monográfico tem como objetivo analisar as dificuldades e as possibilidades enfrentadas por docentes, de todos os níveis de ensino para aplicar a Lei nº10. 639/2003 em espaços escolares, buscando contribuir no debate acerca das práticas docentes e a sua formação continuada no cotidiano escolar. Com o olhar voltado para as atividades experienciadas entre professores, demais profissionais da educação, pais e responsáveis de alunos; docentes e discentes pesquisadores; estudantes e egressos de curso de formação de professores, nosso campo empírico está centrado em duas escolas da cidade de Niterói, RJ, sendo uma da rede particular e outra da rede pública - um colégio universitário; na Faculdade de Educação, *Campus* Gragoatá, da Universidade Federal Fluminense; e no Grupo de Pesquisa Negra- Núcleo de Estudo e Pesquisa em Geografia Regional da África e da Diáspora. No primeiro capítulo, buscamos enfatizar a importância do reconhecimento do racismo existente no Brasil. No segundo capítulo, evidenciamos a luta do movimento negro e a importância da criação Lei nº10. 639/2003, ressaltando o papel do currículo e do livro didático neste processo. No terceiro capítulo destacamos a importância da formação do docente para aplicação da referida Lei. Nas considerações finais acentuamos a importância da instrução, sobre as temáticas que rodeiam a Lei nº10. 639/2003 a fim de garantir uma boa aula para todos os alunos, considerando todos os perfis existentes.

**Palavras-chave:** Lei nº10. 639/03; Racismo; Formação Docente

## ABSTRACT

This monographic work aims to analyze the difficulties and possibilities faced by teachers, from all levels of education to apply Law 10. 639/2003 in school spaces, seeking to contribute to the debate about teaching practices and their continuing education in school everyday. With a view to the activities experienced among teachers, other professionals of education, parents and responsible of students; teachers and student researchers; students and graduates of teacher training course, our empirical field is centered in two schools of the city of Niterói, RJ, being one of the private network and outred public network - a university college; at the School of Education, Gragoatá Campus, Fluminense Federal University; and the Black Research Group - Center for Study and Research in Regional Geography of Africa and the Diaspora. In the first chapter, we sought to emphasize the importance of recognizing racism in Brazil. In the second chapter, we highlight the struggle of the black movement and the importance of the creation Law nº10. 639/2003, highlighting the role of the curriculum and textbook in this process. In the third chapter, we emphasize the importance of teacher education for the application of this Law. In the final considerations we emphasize the importance of instruction, on the themes that surround Law nº10. 639/2003 in order to ensure a good lesson for all students, considering all existing profiles.

**Keywords:** Law nº10. 639/03; Racism; Teacher Training

## SUMÁRIO

<b>Introdução .....</b>	<b>8</b>
<b>1 - RACISMO SOCIAL À BRASILEIRA .....</b>	<b>10</b>
1.1 - A questão da raça e etnia como classe social. ....	10
1.2 - O mito da democracia racial .....	18
1.3-Análise do conceito de diversidade.....	19
<b>2-MOVIMENTO NEGRO E POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO.....</b>	<b>22</b>
2.1-As conquistas do Movimento Negro por dentro das instituições.....	23
2.1.1 - A luta para uma efetivação dos direitos da população brasileira.....	24
2.2. - Uma análise da Lei nº10. 639/2003.....	26
2.2.1- A disputa em torno do currículo no período de implantação e implementação da Lei nº 10.639/2003 .....	29
2.2.2. -O livro didático utilizado como instrumento catalisador da práxis docente...30	
<b>3-A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO DO PROFESSOR PARA A APLICAÇÃO DA LEI nº10. 639/2003.....</b>	<b>37</b>
3.1. -Breves notas sobre a formação do professor .....	37
3.2. -Práxis: o meu percurso teórico-metodológico .....	49
3.2.1. Análise dados .....	42
<b>Considerações finais .....</b>	<b>49</b>
<b>Referência Bibliográfica .....</b>	<b>55</b>

## **Introdução**

A escolha por essa temática ocorre pelo fato de vivenciar de forma rasa, limitada e precária as discussões a cerca da história dos negros, desde o ensino fundamental/ médio, no qual os negros eram abordados apenas como escravo, contando a sua história no período colonial de inferioridade e submissão. A inquietação acerca dessa temática torna-se presente em minha trajetória, quando eu me reconheço como negra. O ingresso a UFF, as aulas e os docentes, ampliaram a minha visão sobre a sociedade em que vivemos.

A partir desse momento compreendo que o estudo da história do negro, e a obrigatoriedade que a Lei nº10. 639/2003 determinam o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira, nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares e o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. Não eram feito de modo acentuado, fundamento na lei citada acima iremos investigar as raízes dos problemas enfrentados pelos professores para aplicação da mesma. O trabalho será dividido por meio de três capítulos para tentar refletir e responder essas questões.

Para o alcance de tal objetivo foi trabalhado o conceito de raça, etnia, o mito da democracia racial e diversidade, explorado no primeiro capítulo através dos autores Munanga (2003), Quijano (2005), Gomes (2005) e Souza (2013), de forma a relatar de que forma o racismo foi instaurado no Brasil e motivo ao qual o negro ainda é visto de forma subalterna.

No segundo capítulo será feito um levantamento histórico, sobre a luta do movimento negro e de grandes nomes que foram importantes para o crescimento da educação do negro no Brasil, como Abdias do Nascimento. A Lei nº10. 639/2003 institui um papel importante nesse capítulo, visto que a partir da sua implementação, traz a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", trazendo assim para ensinamento a história do negro.

Visando alcance desses objetivos, iremos efetuar uma análise de qual forma o negro é apresentado nos livros didáticos e para ampliar esse debate, o currículo entra em estudo de modo a contribuir com essa discussão.

No terceiro capítulo, buscaremos destacar a importância da formação continuada após promulgação da Lei nº10. 639/2003, para esse debate usaremos Cavalheiro (2001), que contribui para essa discussão, ao ressaltar os cursos de modo a intervir no lócus escolar positivamente. Ainda neste capítulo algumas reflexões e implicações de duas experiências em turma de Escola Privada Católica de Niterói, RJ e em uma Creche Universitária de Niterói, RJ, na qual abordaremos como o negro é trabalhado nesses espaços.

Neste capítulo, vamos refletir sobre a trajetória do professor adjunto do departamento de Geografia da UERJ- FFP Denílson Araújo de Oliveira Araújo de Oliveira, e o caminho percorrido no meio acadêmico a cerca da Lei nº10. 639/2003.

Afim, de contribuir para esse estudo foi realizado um questionário com estudantes do curso de Pedagogia da Universidade Federal Fluminense entre os períodos 9º a 12º e concluintes dos anos 2017 e 2018. De modo a evidenciar os motivos ao qual a aplicação da Lei nº10. 639/2003, ainda não se faz presentes em todos os espaços escolares de modo a atender porque esses desafios são existentes.

## **CAPÍTULO I- RACISMO SOCIAL À BRASILEIRA**

Neste primeiro capítulo buscaremos enfatizar a importância do reconhecimento do racismo existente no Brasil. Para este fim serão abordados termos sobre o assunto em discussão, buscando destrinchar a história por trás da apropriação dos mesmos.

### **1.1.A questão da raça e etnia como classe social.**

Segundo Quijano (2005) a ideia de raça surge a partir do colonialismo, onde a gerência dos territórios era designada pela metrópole (países Ibéricos) e pelo processo de acumulação do trabalho forçado pelos povos da área que conhecemos hoje como continente Africano. Constituem-se dois processos históricos que convergiram e associaram na produção do espaço/tempo estabelecendo dois eixos que se tornaram fundamentais na relação de poder, criado assim um modelo que buscava definir as diferenças entre conquistadores e conquistados, estabelecendo uma afirmativa, com um pressuposto que a estrutura biológica que o posiciona era de uma situação naturalizar a sua inferioridade em relação a outros. Esse pensamento foi reconhecido pelos conquistadores como o principal elemento constitutivo das relações de dominação que a conquista exigia.

Com o surgimento da ideia de raça, as relações sociais estavam caracterizando em relações de dominação, visto que surgiram novas identidades sociais como negros, índios etc.. Essas novas identidades foram relacionadas à hierarquização, onde já era estabelecido o seu local e papel social que ocuparia devido ao padrão de dominação estabelecido. Ocasionalmente o estabelecimento de raça e identidade racial como meio de categorização societária básica da população.

(...) raças são, na realidade, construções sociais, políticas e culturais produzidas nas relações sociais e de poder ao longo do processo histórico. Não significam, de forma alguma, um dado da natureza. É no contexto da cultura que nós aprendemos a enxergar as raças. Isso significa que, aprendemos a ver negros e brancos como diferentes na forma como somos educados e socializados a ponto de essas ditas diferenças serem introjetadas em nossa forma de ser e ver o outro, na nossa subjetividade, nas relações sociais mais amplas. (GOMES, 2005, p.49)

Os negros tinham um papel importante na economia durante o período colonial, visto que seu trabalho era o que mais contribuía. Tornando-se a raça colonizada mais necessária e

valerosa. Na América o conceito de raça teve como papel principal conceder à legitimidade as relações de dominação compulsória da conquista.

A raça passou a ter olhar voltado para afirmação do critério principal para a disposição da população mundial em níveis, lugares e função na estrutura poder da sociedade.

As novas identidades históricas concebidas sobre o conceito de raça acabaram tornando-se um elemento importante para definir o seu papel e o lugar na nova estrutura global do trabalho, por conseguinte raça e divisão de trabalho acabaram associando e intensificando mutuamente, porém nenhum dos dois precisava um do outro para existir. Dessa forma foi estabelecida a divisão social do trabalho, existente no período colonial, onde a colônia tinha como papel abastecer a metrópole.

(...) com uma distribuição racista do trabalho e das formas de exploração do capitalismo colonial. Isso se expressou, sobretudo, numa quase exclusiva associação da branquitude social com o salário e logicamente com os postos de mando da administração colonial. Assim, cada forma de controle do trabalho esteve articulada com uma raça particular. Consequentemente, o controle de uma forma específica de trabalho podia ser ao mesmo tempo um controle de um grupo específico de gente dominada. Uma nova tecnologia de dominação/exploração, neste caso raça/trabalho, articulou-se de maneira que aparecesse como naturalmente associada, o que, até o momento, tem sido excepcionalmente bem-sucedido. (QUIJANO, 2005, p.109)

Somado a essas observações de Quijano, podemos acrescentar uma de Mário Luiz de Souza.

Reafirmamos que não se pode entender a situação do negro brasileiro apartado da situação do racismo. Apenas queremos esclarecer que como o negro não é apenas negro, também sofre com a gama de diversidades e problemas que atingem a população brasileira, no conjunto das tramas sociais que marcam a nossa sociedade. Sobre o negro, além do racismo, se abaterá questões de classe, de gênero, de ordem sexual, de fundo religioso, de local de moradia e outros.

Recentemente, o IBGE realizou uma pesquisa que foi publicada na revista Retratos, denº11 publicada em maio de 2018, que tinha como título: Somos todos iguais? O que dizem as estatísticas. Nesta pesquisa foi divulgado o rendimento médio de brancos, pardos e negros, que confirma que os brancos têm os melhores salários, mesmo após escravidão ainda é muito difícil o negro ter ascensão econômica no Brasil. Podemos pressupor que o resultado dessa pesquisa,

apresenta dado que enfatizam que a desigualdade racial no Brasil é também uma questão de classe com base na divisão social do trabalho, que ocasiona atualmente uma discrepância em números da inferioridade do negro ao branco, não somente no trabalho, mas na educação, moradia, saúde, segurança, transportes etc..



GOMES, Irene; MARLI, Monica. As cores da desigualdade. *Retratos. A Revista do IBGE*. Rio de Janeiro: IBGE, 2018, nº 11, pp. 15-19. Disponível em <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/ibge/arquivos/17eac9b7a875c68c1b2d1a98c80414c9.pdf>. Acesso em: 14 de Nov de 2018.

As estatísticas de cor ou raça produzidas pelo IBGE mostram que o Brasil ainda está muito longe de se tornar uma democracia racial. Em média, os brancos têm os maiores salários, sofrem menos com o desemprego e são maioria entre os que frequentam o ensino superior, por exemplo. Já os indicadores socioeconômicos da população preta e parda, assim como os dos indígenas, costumam ser bem mais desvantajosos. (GOMES; MARLI, 2018, p.17)

A contribuição de Munanga para compreensão dessa temática se dá a partir da análise histórica em torno da cor da pele, que entra em discussão no século XVIII, onde é reconhecida como uma parte fundamental na divisão das raças, estabelecidas cientificamente como, raça branca, negra e amarela. No século XIX essa discussão ganhou mais um critério, os traços físicos, nariz, lábios, queixo, formato do crânio, com o intuito de aperfeiçoar a classificação.

Segundo Munanga as pesquisas de cunho biológico (Genética Humana) avançaram o longo do século XX, a tal ponto que se tentou classificar as raças, através do grupo sanguíneo, doenças hereditárias e alguns fatores relacionados à hemoglobina que eram muitas vezes encontrados em número maior em algumas raças do que outras.

No entanto, ao cruzar todos esses critérios como cor de pele, os morfológicos e químicos, os pesquisadores chegaram conclusão que há um distanciamento muito grande em indivíduos da mesma raça no que diz a respeito do patrimônio genético do que os pertencentes às raças diferentes.

os estudiosos desse campo de conhecimento chegaram a conclusão de que a raça não é uma realidade biológica, mas sim apenas um conceito alias cientificamente inoperante para explicar a diversidade humana e para dividi-la em raças estancas. Ou seja, biológica e cientificamente, as raças não existem. (MUNANGA, 2003, p.4)

Munanga (2003) afirma que, os naturalistas do século XVIII-XIX estabeleceram, através de suas classificações, estabeleceram uma escala de valores entre as raças as hierarquizando, o fizeram erigindo uma relação intrínseca entre o biológico (cor da pele, traços morfológicos) e as qualidades psicológicas, morais, intelectuais e culturais. Por conseguinte os brancos foram considerados superiores aos da raça negra e amarela, que foi definido a partir de suas características hereditárias tais como a cor clara da pele, o formato do crânio (dolicocefalia), a forma dos lábios, do nariz, do queixo. Acreditavam que esses aspectos o tornavam mais inteligentes, honestos, ou seja, com capacidade de dominar as outras raças. Os negros foram classificados menos inteligente, que o seu papel era trabalhar como escravo, aceitando a sua condição apenas pela cor da sua pele mais escura, sendo dominado de todas as formas.

Ao utilizarmos o termo “raça” para retratar os negros, é necessário certo cuidado, visto que devemos refletir de qual forma estamos empregando essa palavra, muitas pessoas associam esse termo a algum ruim, como exemplo o racismo, que acaba levando a escravidão e por consequência a separação o que é ser negro, o que é ser branco.

Por mais que os questionamentos feitos pela antropologia ou outras ciências quanto ao uso do termo raça possam ser considerados como contribuições e avanços no estudo sobre relações entre negros e brancos no Brasil, quando se discute a situação do negro, a raça ainda é o termo mais usado nas conversas cotidianas, na mídia, nas conversas familiares. Por que será? Na realidade, é porque raça ainda é o termo que consegue dar a dimensão mais próxima da verdadeira discriminação contra os negros, ou melhor, do que é o racismo que afeta as pessoas negras da nossa sociedade. (GOMES, 2005, p.45)

Porém, se faz necessário uma compreensão a respeito dessa utilização, o movimento negro e alguns estudiosos apropriam-se do termo, sem o intuito de classificar entre raças superiores e inferiores, como era utilizada no século XIX. Gomes (2005) afirma que essa discussão vai além, a busca é por uma nova interpretação, visto que baseia na dimensão social e política do referido termo.

E, ainda, usam-no porque a discriminação racial e o racismo existentes na sociedade brasileira se dão não apenas devido aos aspectos culturais dos representantes de diversos grupos étnico-raciais, mas também devido à relação que se faz na nossa sociedade entre esses e os aspectos físicos observáveis na estética corporal dos pertencentes às mesmas. (GOMES,2005, p.45)

Na sociedade que vivemos, observamos que, em sua maioria, os negros são caracterizados ou definidos pelos seus aspectos físicos, ou seja, através de uma postura racista, intitulam se você é bom ou ruim, pela cor de sua pele, pelo seu cabelo, corpo, a partir dessa “definição” intitula seu lugar subalternidade.

Daí surge algumas questões: por qual motivo existe esse pensamento? Porque o negro é visto como inferior devido a seus traços africanos? A resposta para essa pergunta encontra-se no fato de que a sociedade brasileira é racista, porque se concebe o lugar do negro como definido, de tal modo que a origem econômica do negro, sua classe social, coincide com a cor da sua pele, marcando seu destino social. Ao mesmo tempo, deixa de lado as suas conquistas e trajetória.

Nossa experiência cotidiana bem evidencia a problemática em torno das questões levantadas acima:

Ela não parece babá – uma fala de funcionária em uma escola, pelo fato da babá ser branca.

O seu patrão vai deixar você pagar o aluguel em atraso? Essa fala foi direcionada para minha mãe negra, simplesmente pelo fato de achar que ela era empregada devido a mesma ser negra.

É notório que há certo preconceito na fala, os brancos querem definir o lugar dos negros na sociedade porque assim, eles definem o seu lugar, devido à cor da sua pele, porém esse fato

ocorreu e ainda ocorre devido ao período histórico a escravidão, que ainda prejudica negativamente a inserção social dos descendentes do povo escravizados no nosso país.

Nesse caso, forma-se uma representação social na qual os brancos seriam dotados dos predicados para governar e ter acesso as melhores profissões e postos de trabalho, com os negros reduzidos as condições mais subalternas e inferiores da sociedade. Tudo isso sendo explicado como natural, em função das raças que constituem e hierarquizam as pessoas. (SOUZA, 2014, p.9)

Gomes (2005) remete à campanha ocorrida no ano 2006, com intuito de dialogar sobre o racismo a fim de engajamento nessa luta, intitulada “Onde você guarda o seu racismo?” Ao qual realizaram uma pesquisa de opinião pública na qual revelam que 87% da população afirmam que existe racismo no Brasil, mas 96% das pessoas dizem que não são racista, o que é uma contradição em termos.

Esta contradição opera sobre o modo pelo qual a sociedade brasileira lida com a questão racial, modo esse bem diferenciado aquele experienciado na sociedade norte-americana. Se no EUA o racismo é assim velado, ou seja, deixam clara a sua existência, no Brasil afirmam que não problema racial sobre a população negra.

Revista Fórum - Quando você tem um sistema como o sul-africano ou um sistema de restrição de direitos como houve nos EUA, o inimigo está claro. No caso brasileiro é mais difícil combatê-lo... Kabengele - Claro, é mais difícil. Porque você não identifica seu opressor. Nos EUA era mais fácil porque começava pelas leis. A primeira reivindicação: o fim das leis racistas. Depois, se luta para implementar políticas públicas que busquem a promoção da igualdade racial. Aqui é mais difícil, porque não tinha lei nem pra discriminar, nem pra proteger. As leis pra proteger estão na nova Constituição que diz que o racismo é um crime inafiançável. Antes disso tinha a lei Afonso Arinos, de 1951. De acordo com essa lei, a prática do racismo não era um crime, era uma contravenção. A população negra e indígena viveu muito tempo sem leis nem para discriminar nem para proteger. (MUNANGA, 2009)

A pesquisa só afirma em número que o racismo institucional existe, porém as pessoas pesquisadas não declaram serem racistas, só reconhece que ele resiste. O que é ruim já que o distanciamento entre negros e brancos é um fato comprovado. Quanto mais é negado o racismo, mais ele está enraizado. Os cidadãos são racistas, muitas atitudes que temos no cotidiano, são

racistas, mesmo sem falar, cometemos o racismo, por algumas atitudes como trocar de calçada, segurar a bolsa, esconder o celular, ou seja, julgar a pessoa apenas pela sua aparência física.

Para contribuir com esse debate Souza (2013) afirma que o racismo é visto como um determinante fundamental nos estudos das condições reais que maioria da população negra vive sociedade brasileira, além de obter uma visão qualitativa em diversos aspectos.

O primeiro seria que não podemos reduzir o problema da população negra a questões macro como a questão de classe ou de um desenvolvimento econômico maior do país. O segundo reside na ampliação dos objetos de pesquisa e as formas metodológicas para o estudo da questão do negro, pois se o racismo é operante como elemento na situação socioeconômica da população negra. Não podemos pensar que existem espaços imunes a sua ação, podendo estar presente na escola, no trabalho, no setor judicial, na religião e outros espaços da sociedade. O terceiro repousa na necessidade de efetuarmos estudos e análises baseadas em pesquisas empíricas, atuando sempre de forma científica, para se verificar o quanto o racismo é realmente operante na sociedade e em qual intensidade. O quarto, ampliar o conhecimento sobre o quanto a ideologia racista cria e recria uma conformação de uma visão de mundo, tendo como foco as relações raciais, gerando sérios entraves para a população negra. (SOUZA, 2013, p.15)

Souza (2013) afirma que o uso da categoria racismo é importante, desde que o seu estudo seja feito por análise de como se constitui, a sua forma e seus efeitos. Esse estudo deve ser feito também de modo a olhar a historicização e o racismo brasileiro.

Em suma, a historicização e a forma particular do racismo no Brasil são componentes importantes no trabalho dos mais diversos temas, como a forma e a difusão da ideologia racial, a questão da mestiçagem, a participação dos negros na luta política coletiva contra o racismo, a inserção do negro do mercado de trabalho, a discussão da identidade racial e outros. (SOUZA, 2013, p.18)

O racismo não deve ser entendido como uma única forma de determinar as condições econômicas da população negra, passando uma visão que os problemas enfrentados pelos negros são de questão de fundo racial.

Essa premissa parte de um erro teórico fundamental: esvazia o negro de sua totalidade social, retirando-lhe da participação em outros papéis, grupos e classes sociais, em prol de uma abstração no qual o reduz apenas a ser negro. Nessa perspectiva, o negro não tem gênero, sexualidade, faixa etária, profissão ou condição econômica. Não importa se é homem, mulher, homossexual, adolescente, idoso, deficiente físico, empresário, trabalhador, favelado, pobre ou membro da classe média. Em todos esses casos, sofrerá apenas com o racismo e não com as determinações que também atinge a situação e o grupo social no qual está inserido. (SOUZA, 2013, p.19)

Souza (2013) contribui ao afirmar que é necessário ter um cuidado ao trabalhar com essas abordagens, para não cair no reducionismo e um determinismo. É de suma importância o estudo do racismo para entender a situação do negro brasileiro, porém não devemos deixar ressaltar que o negro também sofre com os problemas que atingem a população. Sobre o negro, além do racismo, se abaterá questões de classe, de gênero, de ordem sexual, de fundo religioso, de local de moradia e outros.

O termo raça é para a sociedade brasileira é necessário, porque é através dele que é definido quem é negro isso não pode ser visto como um problema, o erro aparece quando essas diferenças são vistas em um caráter desigual, o discurso na sociedade deve ser modificado, não devemos aceitar que essa inferioridade continue a existir, deixar que seja vista como natural, temos diferenciação físicas, porém isso não caracteriza que uma raça é superior a outra, a luta contra o racismo é necessária, ela começa em nós, nas pessoas que nos cercam (famílias e amigos), a escola, a comunidade como um todo. Essa luta deverá caminhar lado a lado com a leitura, a pesquisa, sem o estudo não há como dialogar e empenhar-se para aprender para destrinchar todo esse preconceito em torno da África.

O racismo no Brasil se caracteriza pela covardia. Ele não se assume e, por isso, não tem culpa e nem autocrítica. Costumam descrevê-los como sutil, mas isto é um equívoco. Ele não é nada sutil, pelo contrário, para quem não quer se iludir ele fica escancarado ao olhar mais casual e superficial (NASCIMENTO, 2010).

No que diz respeito à categoria etnia, Munanga (2003) aponta para um conjunto de indivíduos que, histórica ou mitologicamente, têm um ancestral comum; têm uma língua em comum, uma mesma religião ou cosmo visão; uma mesma cultura e moram geograficamente num mesmo território.

O termo etnia definido Bobbio apud GOMES (2005) é visto como “um grupo social cuja identidade se define pela comunidade de língua, cultura, tradições, monumentos históricos e territórios”

A terminologia passou por algumas mudanças, entretanto a dominação e a exclusão permanecem. O problema em torno dos termos se dá na dificuldade de empregar-los, ou seja, do uso não claramente definido por esses conceitos.

Alguns profissionais possuem uma preferência em adotar o termo etnia, quando se referem a negros e negras, abolindo o termo raça, porque acreditam que assim acaba caracterizando as raças entre superiores e inferiores, algo que a Biologia já descartou.

O reconhecimento dos horrores causados durante a II Guerra Mundial levou à reorganização das nações no mundo a fim de se evitar que novas atrocidades fossem cometidas. O racismo e a idéia de raça, no sentido biológico, também foram considerados inaceitáveis e, nesse momento, o uso do termo etnia, ganhou força para se referir aos ditos povos diferentes: judeus, índios, negros, entre outros. (GOMES, 2005, p.50)

## **1.2 O mito da democracia racial**

O mito da democracia racial tornou-se presente desde período pós-abolição, visto que as bases teóricas da democracia racial endureceram no imaginário social. Após a aprovação da Lei Áurea em 1888, onde foi abolida a escravidão, no cenário político, algumas mudanças iniciaram como o reconhecimento ao direito a cidadania com a proclamação da república 1889.

Em tese, os negros passariam a ter igualdade de direitos e oportunidade em relação ao branco, entretanto, o reconhecimento dos direitos dos negros estaria longe de ser alcançado e o discurso em torno da cidadania era que se o negro não alcançasse à ascensão a culpa era individual, ou seja, os negros não conseguiam superar as suas deficiências. Essa deficiência era entendida de natureza biológica

Se os negros fracassaram em sua ascensão na sociedade brasileira, evidentemente isso foi por sua própria culpa, pois essa sociedade não reprimiu nem obstruiu de modo algum o seu progresso. A realidade continuada da pobreza e marginalização dos negros não era vista como uma refutação da idéia de democracia racial, mas sim como uma confirmação da preguiça, ignorância, estupidez, incapacidade etc., o que impedia os negros de aproveitar as oportunidades a eles oferecidas pela sociedade brasileira (...) (ANDREWS, 1998, p.210)

Para Quijano (2005) a visão de subalternidade do negro é vista desde o período colonial, a classe dominante foram preparadas a ver os negros como pessoas inferiores, o negro poderia ocupar espaços, caso o branco não fosse colocado em risco.

O mito da democracia racial é um conceito forjado por intelectuais que buscavam afirma-se que a nossa miscigenação é algo positivo. Esse discurso é um projeto de Brasil, pois

isso surge apenas após 130 anos de abolição. Não existe democracia racial é uma armadilha, visto que o intuito é passar que somos uma sociedade sem conflitos. Porém, nesse país a população negra vem sendo colocada a margem e subalternizada, quando é negado o preconceito racial, a luta deixa de existir, por uma sociedade anti-racista.

“A ‘democracia racial’, no Brasil, foi mais um mito que uma realidade, ainda que o poder desse mito fosse significativo. A imagem de tolerância e de mobilidade social encorajou a quietude dos negros, deixando-os na base da pirâmide social sem reações de grande impacto. (...). (...) foi o ‘maior inimigo’ e o impedimento para a formação da identidade e da mobilização.” (MARX, 1996, p.161, 164)

O mito democracia racial ainda se faz presente em discurso refinado dentro dos parâmetros curriculares, nesse sentido é necessário disputar o currículo para que essa violência seja extirpada. A compreensão de que mesmo com a **Lei nº10. 639/2003** (altera a **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996 a disputa pelo currículo é necessária, pois um longo período de subalternização sobre a história da África. E por meio de árduos embates históricos feitos pelo movimento negro esse pequeno salto foi conquistado que foi aprovação da lei. A composição de nossa população é de maioria afro brasileira, e que historicamente foi inviabilizada e inferiorizada quando aparecia no processo de ensino-aprendizagem. Contudo, aprovação da lei não é apenas aumentar conteúdos em sala de aula é uma ação mais profunda de combate ao racismo. Os elementos fornecidos pela lei têm três pilares centrais que são o resgate da memória, da identidade e representação do negro em nossa sociedade proporcionado um alargamento de experiências que estavam sendo desperdiçadas, bem como possibilita o debate em torno da diversidade cultural.

### **1.3 Análise do conceito de diversidade**

Gomes (2003) aborda o conceito de diversidade, ou seja, aponta-se a importância de reconhecer o outro como diferente e principalmente pensar a relação entre o eu e o outro. Portanto, é necessário um diálogo com outros tempos e com os múltiplos espaços existentes na sociedade, visto que as diversidades e desigualdades são históricas.

“Porém, a diversidade cultural é muito mais complexa e multifacetada do que pensamos. Significa muito mais do que a apologia ao aspecto pluriétnico e pluricultural da nossa sociedade.

Por isso, refletir sobre a diversidade cultural exige de nós um posicionamento crítico e político e um olhar mais ampliado que consiga abarcar os seus múltiplos recortes. Diante de uma realidade cultural e racialmente miscigenada, como é o caso da sociedade brasileira, essa tarefa torna-se ainda mais desafiadora.” (GOMES, 2003, p.70)

Trabalhar a diversidade no campo educacional é uma tarefa difícil! Se, por um lado, é na escola que o encontro com as diferenças se arrefece, pois características particulares das várias culturas se sobressaem, por outro, muitos professores ainda não dominam essa diversidade, pois acreditam que olhar o mundo através das diferenças pode acarretar na exclusão, do que na inclusão.

Entretanto, é importante lembrar que a luta pelo respeito pelas diferenças é um assunto recorrente que não deve ser relegado, pois a diversidade está inserida no nosso contexto como um dado social. Sendo assim, o professor deve fazer com que o aluno não tenha respostas de senso comum em torno da reflexão da diversidade. Por isso, a escola precisa estimular as diferenças e dar significados para oportunizar e produzir saberes em diferentes níveis de aprendizagens, já que o caminho da diversidade é bem visto, pois pode impulsionar e contribuir para as adoções pedagógicas.

Um dos maiores desafios e dilemas dos educadores é a reflexão sobre a historicidade dos fatos que culminam com as discussões atuais. Aos poucos os mesmos têm compreendido que o estabelecimento de padrões culturais, cognitivos e sociais acaba contribuindo muito mais com a produção de exclusão do que com a garantia de uma escola democrática, inclusiva e de qualidade.

A escola possui a vantagem de ser uma das instituições sociais em que é possível o encontro das diferentes presenças. Ela é também um espaço sociocultural marcado por símbolos, rituais, crenças, culturas e valores diversos. Essas possibilidades do espaço educativo escolar precisam ser vistas na sua riqueza, no seu fascínio. Sendo assim, a questão da diversidade cultural na escola deveria ser vista no que de mais fascinante ela proporciona às relações humanas (GOMES, 2003, p. 74).

Reconhecer essa diversidade implica em romper com o preconceito, superando velhas opiniões formadas sem reflexão.

Reconhecer a diferença é questionar os conceitos homogêneos, estáveis e permanentes que excluem o ou a diferente. As certezas que foram socialmente

construídas devem se fragilizar e desvanecer. Para tanto, é preciso desconstruir, pluralizar, ressignificar, reinventar identidades e subjetividades, saberes, valores, convicções, horizonte de sentidos. Somos obrigados a assumir o múltiplo, o plural, o diferente, o híbrido, na sociedade como um todo (CANDAUI, 2005).

No âmbito escolar, essa caracterização de aceitar e prover diferenças se intensifica, pois o diálogo entre as diversas culturas é inevitável tanto quanto imprescindível. Mediante esse fato, permanecer inerte não nos parece uma saída e sim rota de fuga falida para os protagonistas deste espaço. Nossa tarefa, enquanto formadores é encarar tais desafios, adequar-se e moldar nossa ação pedagógica a fim de fomentar o processo de inclusão nas suas várias vertentes.

O desrespeito às diferenças leva a práticas intolerantes, autoritárias e racistas, propor uma modificação neste cenário requer romper com as atuais relações de poder, redefinir escolhas e tomar novos rumos. Explicitamente, aponta-se a importância de reconhecer o outro como diferente e principalmente pensar a relação entre o eu e o outro. Porém, a diversidade cultural é muito mais complexa e multifacetada do que pensamos. Significa muito mais do que a apologia ao aspecto pluriétnico e pluricultural da nossa sociedade. Por isso, refletir sobre a diversidade cultural exige de nós um posicionamento crítico e político e um olhar mais ampliado que consiga abarcar os seus múltiplos recortes. Diante de uma realidade cultural e racialmente miscigenada, como é o caso da sociedade brasileira, essa tarefa torna-se ainda mais desafiadora.”(GOMES,2003, p.70)

No próximo capítulo será feito levantamento, referente à luta do movimento negro, por uma perspectiva histórica e a criação de políticas públicas, que tenham como ideal colocar negro em evidência, destacando a sua história além da escravidão.

[...] É importante tomar conhecimento da complexidade que envolve o processo de construção da identidade negra em nosso país. Processo esse, marcado por uma sociedade que, para discriminar os negros, utiliza-se tanto da desvalorização da cultura de matriz africana como dos aspectos físicos herdados pelos descendentes de africanos. (BRASIL, 2004)

## CAPÍTULO II- MOVIMENTO NEGRO E POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO

Neste capítulo, analisamos a luta do movimento negro que culminou na Lei nº 10.639/2003, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, Lei nº 9.394/1996 para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

"Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinente à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileira.

"Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra'."

Tal modificação no currículo trouxe consigo a abertura do debate da história do negro para dentro de sala, essas discussões contribuiram para ampliar o estudo, relacionado a essa temática, trazendo o negro para um lugar de destaque, a fim de mostrar a história para além da escravidão, ou seja, sua condição de submissão e de exclusão. Proporcionando uma reflexão da história do negro no Brasil, de modo a inserir nesse aprendizado questões da cultura africana.

O recém-eleito Presidente da República, Jair Bolsonaro, ao ser perguntado o que faria para acabar com a dívida da escravidão, respondeu:

Mas que dívida? Eu nunca escravizei ninguém na minha vida; se for ver a história, realmente o português nem pisava na África; os próprios negros entregavam os escravos; os portugueses faziam o tráfico, mas não caçavam os negros; eram entregues pelos próprios negros; que dívida é essa, Meu Deus? (BOLSONARO, 2018).

JAIR BOLSONARO NA RODA VIVA, CULPA OS NEGROS PELA ESCRAVIDÃO DO PASSADO. Peter Müller BR, Youtube, 31 de jul de 2018, 3min36s. Disponível em :<<https://www.youtube.com/watch?v=vtbXWVEWl88>>. Acesso em 12 de nov de 2018.

A resposta do futuro presidente Brasil, traz elementos que precisam ser pontuados, a sua fala é vazia, baseada no senso comum, que não compreende o todo complexo que envolve a questão do negro no Brasil.

### **2.1. As conquistas do Movimento Negro por dentro das instituições**

O movimento negro vem, desde o após a Abolição, passando pela Frente Negra Brasileira, de 1931, pelo Teatro Experimental Negro, de 1945, e o Movimento Negro Unificado, em 1978, até os dias atuais, pleiteando a formulação de políticas públicas para resolver os entraves sociais, econômicos e culturais, que marcam a sociedade brasileira, engendrados pelo racismo e pela discriminação sócio-racial sobre os negros (SOUZA, 2016).

Entretanto, a luta contra o racismo e as discriminações sócio-raciais, no Brasil, ganhou corpo e força política a partir da segunda metade dos anos de 1980, no período de redemocratização do país, quando intelectuais orgânicos. A Conferência Mundial contra o racismo, realizada nos anos 1978 e 1983, e a Conferência Mundial contra o racismo, a discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata, realizada nos anos 2001 e 2009, todas promovidas pela UNESCO, vieram somar forças às lutas internas. Os resultados desta luta histórica têm se manifestado na Lei nº 10.639/2003, no Parecer CNE/CP nº 03/2004 e a Resolução nº 01/2004 que instituem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, bem como a Lei nº 11.645/2008 que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena, nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio das redes pública e privada do país, em todo o currículo escolar.

Junta-se a este aparato legal o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) é destinado a avaliar e a disponibilizar obras didáticas, pedagógicas e literárias, entre outros materiais de apoio à prática educativa, de forma sistemática, regular e gratuita, às escolas públicas de educação básica das redes federal, estaduais, municipais e distrital e também às

instituições de educação infantil comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos e conveniados com o Poder Público (BRASIL, 2018).

E é esse campo de ação que precisamos garantir a vez e a voz dos “marginalizados” da cultura dominante, aprendendo a compreender a diferença, a diversidade de usos, costumes e linguagens como fato de construtivo acréscimo. Se a escola se pretende democrática não deve homogeneizar os saberes e crenças e impuser seu padrão sem tentar perceber nuances culturais e étnicas. (PESSANHA, 2003, p. 146-147).

Neste contexto, concordamos com Pessanha (2003) quando afirma que, a educação é um caminho para abrir portas para discussão do debate com intuito de promover uma educação antirracista nas escolas e o professor tem um papel crucial nessa relação, já que é o transmissor do conhecimento produzido social e historicamente, porém não o realiza sozinho, necessita de suportes, quais sejam projeto político-pedagógico, o currículo, o livro didático, documentários e filmes do cinema nacional e internacional, bem como aporte financeiro para realizar visitas técnicas, envolvendo os estudantes, a museus, centros culturais, teatro e cinema.

### **2.1.1 - A luta para uma efetivação dos direitos da população brasileira**

Para elucidar essa seção, serão apontados caminhos no campo educacional enfrentados até chegar à implementação da Lei nº10. 639/2003.

Experiência de Preto Manoel Gomes de Castro que era professor no Ceará em 1700 Atuava na alfabetização de meninos pretos.

Professor Pretextato de Passos e Silva, que atuava na educação primária para meninos negros, que atuou na única escola exclusiva para negros, no Rio de Janeiro entre os anos de 1853-1873.

Período Republicano frente negra brasileira, forças de movimento social cobrava educação pública, gratuita de qualidade e ainda atuava na educação profissionalizante.

Já na década de 1980, o movimento a favor da democratização, que teve início após a ditadura militar, que ocasionou em uma nova constituição na constituição já previa o estudo da história do negro, uma educação que tinha intuito de prever a diversidade do povo.

Em 1983- projetos de Lei nº 1332/1983 Abdias do Nascimento, um dos fundadores do movimento negro.

O quadro nº 1 evidenciapassos significativos que foram dados para a promulgação da Lei nº 10. 639/2003.

**Quadro 1 – Projetos de Lei com propostas para inserir nos currículos escolares o Ensino das Relações Étnico-raciais, História da África e da Cultura Afro-brasileira**

ANO	PODERES: Legislativo e Executivo	PROJETO LEI/PL	RESULTADO
1983/86	Abdias Nascimento - Deputado Federal/RJ	1.332/83	Aprovado de forma unânime. Arquivado em 1989.
1987/90	Paulo Paim - Deputado Federal /RS	---	Não Aprovado e Arquivado.
1993	Humberto Costa - Deputado Estadual/PE	---	Vetado por ser considerado inconstitucional.
1995/98	Benedita da Silva - Senadora/RJ	18/95	Não Aprovado e Arquivado
1995/98	Humberto Costa - Deputado Federal/PE	859/85	Aprovado na Comissão de Educação, Cultura e Desporto, em 1997.
1999/2002	Ben Hur - Deputado Federal/MS e Ester Grossi - Deputada Federal/RS	259/99 <sup>7</sup>	Aprovado. No PL constava "originalmente" projeto de Humberto Costa/PE.
2003	Executivo Federal	10.639/03 <sup>8</sup>	Sancionada pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Fonte: Santos (2009, p. 151); Moraes (2009, p. 74); Batista (2010, p. 313).

Para descrever essas leis, é necessário explicar quem foi Abdias do Nascimento e a sua importância na luta racial. Abdias do Nascimento era negro, de família negra pobre. A sua avó materna explicava sobre a história do negro, sobre o passado de sofrimento, escravidão, com isso o mesmo afirma que desde pequeno era inconformado com a situação de falta de apoio a população saída do cativeiro. As classes dominantes queriam manter dominado o povo chamado recém liberto, e pensar em todo esse contexto o deixava indignado desde sua infância.

Abdias sempre lutou pela causas do movimento negro, no momento em que estava na prisão (foi preso, porque não aceitou entrar em um bar pelos fundos a motivação partiu por conta da cor de sua pele) criou O teatro do sentenciado- uma escola de moral, os negros escreviam seus textos, havia apresentações musicais.

Foi fundador do teatro experimental do negro em 1944, como objetivo de integrar o negro na cena nacional, criticando assim a legitimidade da estética brasileira, branca e européia, o teatro foi criado para romper com esse estereótipo. Ainda buscava alfabetizar os negros.

Luzia Barros – Ministra Chefe da SEPPIR, firma que Abdias é em muitos sentidos o pioneiro do movimento negro contemporâneo, em sua biografia relata que já em 1940 ele colocava para a sociedade brasileira questões que só em 1970 que o movimento negro conseguiu

retornar com uma centralidade que essas questões mereciam. É muito importante neste sentido, não só esse trabalho que o Abdias realizou, durante esses anos 40, 50 até os anos 60, porque foi isso que criou as condições políticas, para que a partir dos anos 70, no contexto de luta contra a ditadura no Brasil, pudesse emergir o movimento negro contemporâneo tal como nós o conhecemos hoje que é um movimento que se organiza politicamente, tendo como agenda principal, uma agenda explícita no combate ao racismo e seus efeitos na vida das pessoas no Brasil.

Abdias entra no cenário político em 1982 no cargo de deputado federal pelo Rio de Janeiro, para lutar contra o racismo, entretanto desde 1979 quando estava no exílio, começou a articular com Leonel Brizola líder do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), com isso devido a sua atuação, Abdias assume a Secretaria do Movimento Negro criado pelo PDT em 1981. Abdias foi pioneiro ao assumir o cargo de deputado, visto que era um afrodescendente e suas bandeiras eram voltadas somente para a luta do movimento negro. Em 1991, chegou ao Senado e em seguida foi nomeado Secretário de Defesa e Promoção da Igualdade Racial do Governo do Estado do Rio de Janeiro, quando Leonel Brizola era o governador. Abdias fica no senado até 1998 devido à morte de Darcy Ribeiro em 1996.

Retornando ao quadro em 1983, Abdias cria a Lei nº 1.332/1983, que propõe medidas compensatórias para a população negra na educação e no trabalho. No campo educacional pretendia incorporar o conteúdo do curso de história brasileira, o ensino de contribuições positivas dos africanos e seus descendentes da civilização brasileira e africanas. O projeto tramitou por cinco anos e dez meses, porém não foi para o plenário para ser votado e foi arquivado em abril de 1989.

Porém a sua luta continua a partir de outros deputados como Paulo Paim eleito pelo PT, que também apresentou uma lei, que buscava a inclusão a temática racial no currículo brasileiro, tornando obrigatório. Em seguida a Benedita e Humberto Costa deputado federal de PE também optam por criar leis com as mesmas ideias. Para a lei ser aprovada, foi necessária muita luta, tanto dos parlamentares, como do movimento negro.

## **2.2. Uma análise da Lei nº10. 639/2003**

A presente lei foi sancionada em 2003 que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passando a vigorar pelos arts. 26 – A, 79- A e 79- B, citados a cima.

A Lei nº 10.639/2003 foi proveniente do projeto de Lei nº 259/99 dos deputados federais Ester Grossi (PT-RJ) e Ben-Hur Ferreira (PT-MS).

Conforme FREITAS (2010), 23 A Lei obteve aprovação relativamente rápida, de 46 meses – quase quatro anos - tendo como parâmetro o tema relativamente complexo a outras leis, projetos colocados em pautas e posteriormente engavetados durante anos. Diz também que outras propostas anteriores a Lei foram apresentadas por outros parlamentares, dentre eles Senador Paulo Paim, pela Senadora Benedita da Silva e Deputado Abdias Nascimento, mas não obtiveram êxito. (FREITAS, 2010, p.20).

A lei foi implementada em janeiro de 2003, ou seja, 15 anos da existência da lei, onde os negros enfim conseguiu colocar a sua história em ênfase, a sociedade tem a possibilidade de conhecer a história do negro por outro âmbito, fugindo das conhecidas, com intuito de questioná-las, acabando assim com o discurso do presidente eleito.

O texto das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro Brasileira e Africana tem como papel promover direções, caminhos que orientem “formulação de projetos empenhados na valorização da história e cultura dos afro-brasileiros e dos africanos, assim como comprometidos com a de educação de relações étnico-raciais positivas, a que tais conteúdos devem conduzir”

As diretrizes buscam oferecer uma resposta a população afrodescendente, criando políticas de reparação, através de ações afirmativas, para que seja possível alcançar o reconhecimento e a valorização da sua história, cultura e identidade.

Políticas de reparações e de reconhecimento formarão programas de ações afirmativas, isto é, conjuntos de ações políticas dirigidas à correção de desigualdades raciais e sociais, orientadas para oferta de tratamento diferenciado com vistas a corrigir desvantagens e marginalização criadas e mantidas por estrutura social excludente e discriminatória. (Diretrizes Curriculares Nacionais, 2004, p.12)

Após a citação desse trecho fica evidente que há uma dívida histórica, que precisa ser corrigida. Como afirmar as Diretrizes Curriculares nacionais é dever de o Estado incentivar as

políticas de reparação, ou seja, garantir as igualdades de direitos, fugindo dessa visão de manutenção de privilégios para os dominantes.

Para reeducar as relações étnico-raciais, no Brasil, é necessário fazer emergir as dores e medos que têm sido gerados. É preciso entender que o sucesso de uns tem o preço da marginalização e da desigualdade impostas a outros. E então decidir que sociedade quer construir daqui para frente. (Diretrizes Curriculares Nacionais, 2004, p.12)

A preocupação da aplicação da lei recai na formação do professor, o mesmo precisa buscar formas de colocar a lei em prática dentro de sala, inserindo os conteúdos obrigatórios que a lei prevê, buscando colocar o negro em um lugar de destaque, retratando a sua história anterior ao período colonial, colocando em evidência os negros que lutaram, para que os direitos que existem hoje fossem conquistados.

Alguns fatos precisam ser colocados em evidência como: os negros foram os primeiros a aderir à greve no Brasil, ou seja, a fazer greve, em forma de manifestação, quebravam os maquinários e fugiam esse ato eram chamados como fugas reivindicatórias, os negros iam para as matas, ficavam escondidos, até que o senhor atendesse a sua contestação.

A inserção da Lei nº 10.639/2003, o Parecer CNE/CP nº 03/2004 e a Resolução nº 01/2004 que instituem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, bem como a Lei nº 11.645/2008 afirmam um avanço na luta do movimento negro, já que atuam na modificação da discriminação e desigualdade. “o objetivo desses atos é promover alteração positiva na realidade vivenciada pela população negra e trilhar rumo a uma sociedade democrática, justa, igualitária, revertendo os perversos efeitos de séculos de preconceito, discriminação e racismo.” (Brasília, 2004, p.8)

Essa discussão é um caminho para trazer o negro para o lugar de visibilidade, tirando o mesmo do papel de invisibilidade que perdurou por anos, agora são capazes de contar as suas próprias histórias, de chegar a espaços antes não ocupados, que eram negados. Porém sem negar a período da escravidão, onde seus ancestrais foram escravizados, mas conseguiram através de muita luta a liberdade.

### **2.2.1 A disputa em torno do currículo importância do currículo na implementação da Lei nº10. 639)/2003**

O currículo é a relação de poder, é visto com uma trajetória, caminho, percurso a ser seguido, além de ser a autobiografia da vida, ou seja, o curriculum vitae, capaz de forjar a identidade. O currículo é um documento, texto, discurso. O currículo é documento de identidade. (SILVA, 1999, p.150)

Além da definição de Silva a respeito do currículo, Sacristán (1998a, 2013) afirma que o mesmo desempenha um papel de construção social, econômico, político e cultural ele representa ou deixa de apresentar, esse aspecto deve ser o primeiro a ser estudado e avaliado. O mesmo é visto como uma opção dentro das alternativas, não é algo considerado neutro e fixo, entretanto realiza escolhas que não são as únicas possíveis.

A crítica em torno do currículo ocorre na forma ao qual é empregado, visto que o caminho que é definido para seguir, nem sempre é uma preferência de todos. Em sua maioria o que predomina nos currículos são conteúdos voltados para a visão europeia, porém o negro necessita de um estudo, que não dialogue com essa prática de anos. Romper com esses paradigmas é necessário e ideal para trabalhar, com a questão Lei nº 10.639/2003

No que se refere ao currículo escolar, o que chama atenção é a falta de conteúdos relacionados à história e à cultura afro-brasileira e africana, anterior ao sistema colonial, o negro é representando no ambiente acadêmico a partir da escravidão, neste ponto que o professor deve preocupar-se e romper com essas ideias e ampliar o debate da historicidade do negro.

Romper com essas ideias é mostrar que o negro é humano, o seu passado não está apenas em torno da escravidão, o negro lutou, resistiu, porém a sua luta não é relatada. Com isso o continente africano, ainda é apontado com um lugar inferior, que só tem miséria, menos civilizado, essa visão é fruto do sistema colonial, estudo a partir dos ideias europeus.

O currículo pode e deve ser modificado para atender a necessidade de todos pertencente ao espaço escolar, é necessário que o negro conheça a sua história, não somente eles e sim toda a sociedade. Para romper com o racismo e a visão de inferioridade, é apenas através de estudo e muita leitura.

As Diretrizes Curriculares Nacionais, afirma que não pretendem “... de mudar um foco etnocêntrico marcadamente de raiz europeu por um africano, mas de ampliar o foco dos currículos escolares para a diversidade cultural, racial, social e econômica brasileira.

A escola é o local onde essa discussão inicia, esse espaço possui a possibilidade de realizar as discussões em torno dos conflitos existentes, a Lei nº 10639/2003 foi promulgada há 15 anos e algumas pautas e questões ainda não colocadas como necessária no currículo.

Para superar os desafios apontados para o ensino de questões africanas e afro-brasileiras, e não debater como a raiz européia ainda tem um papel crucial na manutenção de privilégios em relação ao negro, sobrepor à narrativa eurocêntrica no currículo torna-se essencial.

[...] Nesse sentido, ensinar a história do negro e dos povos indígenas na escola brasileira é romper com a visão eurocêntrica que exclui outras raízes culturais formadoras do Brasil como povo e nação. A diversidade é nossa riqueza coletiva. Ela tem uma história que devemos inventariar e conhecer para enfim ensiná-la às gerações presentes e futuras (MUNANGA, 2014, p. 44).

O conhecimento da sociedade não pode passar apenas pela visão eurocêntrica, mudar essa forma de estudo pode ser feito a partir do conhecimento que os alunos possuem do continente africano e nesse contexto fazendo uma crítica e trazendo elementos de sua diversidade, bem como suas lutas. Apresentar para os alunos pessoas negras importantes para a história, o estudo do movimento negro, ou melhor, contar realmente a sua história.

Que todo (a) educador (a), ao trabalhar com a questão racial, deveria tomar conhecimento das lutas, demandas e conquistas do Movimento Negro. Não podemos nos esquecer de que a inclusão da temática racial na escola brasileira e o reconhecimento a sua inclusão no currículo devem muito à atuação desse movimento. (Gomes, 2005, p.153)

### **2.2.2. - O livro didático utilizado como instrumento catalisador da práxis docente**

Nesta seção será feito um levantamento sintético das questões históricas por trás das relações raciais no Brasil, de forma a evidenciar a forma com que os livros didáticos retratam os negros.

A luta em torno do direito de estudar sobre a cultura afro-brasileira foi conquistada após anos de enfrentamento político, entretanto existem raízes difíceis de ser arrancadas, como: mestiçagem, branqueamento, mito da democracia racial (Foi evidenciado no capítulo 1).

Para explicar a mestiçagem no Brasil recorreremos à definição de Munanga (2004) que em seu livro *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil*, elucida essa visão no Brasil “a idéia da mestiçagem tida ora como um meio para estragar e degradar a boa raça, ora como um meio para reconduzir a espécie a seus traços originais; as idéias sobre a degenerescência da mestiçagem, etc... (MUNANGA, 2004, p.50)

Como Munanga relata que a elite brasileira do final só século XIX e início só século XX, foram buscar essas ideias na ciência europeia ocidental, para teorizar e explicar a situação racial do país, devido sua diversidade, buscando assim caminhos para sua nacionalidade.

Com o fim da escravidão em 1888, o pensamento era de que forma os negros seriam inseridos, porém a maior preocupação era em torno do seu passado de escravo, de inferioridade, como isso poderia influenciar na identidade étnica brasileira, os brancos passaram a acreditar que a visibilidade seria negativa e viram como uma ameaça.

“na cabeça dessa elite, uma ameaça e um grande obstáculo no caminho da construção de uma nação que se pensava branca, daí por que a raça tornou-se o eixo do grande debate nacional que se travava a partir do fim do século XIX e que repercutiu até meados do século XX. (MUNANGA, 2004, p.51)

A questão do branqueamento também surge nesse mesmo período, à forma que se acreditava a correta, era que para resolver a diversidade racial, era necessário não misturar as raças, que desta forma, a população negra seria eliminada e a população seria totalmente branca, conforme descreve Telles (2003).

No capítulo 1 foi realizada uma discussão a respeito do mito da democracia racial e as intenções por traz da mesma, a ideia era passar que não existia conflitos, com objetivo de silenciar e cessar a sua história africana.

Essas temáticas destacadas a cima, como a teoria do branqueamento, ainda leva para sala de aula conflitos, visto que o aluno vê na escola em sua maioria sobre os brancos, com isso a

mesma não enxerga pertencente a si mesmo, já que a visão do seu povo é inferiorizada, negativa, fazendo com que esse aluno se rejeite.

Ao veicular estereótipos que expandem uma representação negativa do negro e uma representação positiva do branco, o livro didático está expandindo a ideologia do branqueamento, que se alimenta das ideologias, das teorias e estereótipos de inferioridade/superioridade raciais, que se conjugam com a não legitimação pelo Estado, dos processos civilizatórios indígena e africano, entre outros, constituintes da identidade cultural da nação (SILVA, 1989, p 57).

O livro didático tem uma grande importância como um instrumento de cunho pedagógico, dessa forma o mesmo é capaz de beneficiar interesses de ordem político-pedagógico. (...) os Livros Didáticos, ao sistematizarem áreas de conhecimento, seqüenciando a transmissão de conteúdos e organizando o pensamento, não o fazem de uma forma neutra, pois privilegiam valores e verdades que se pretende transmitir.

Para realizar uma análise do conteúdo dos livros didáticos serão utilizados resultados das pesquisas Silva (2005) e Muller (2015). Nascimento apud Silva (2005) a pesquisa feita por Silva analisou uma amostra com total de 33 livros didáticos de Língua Portuguesa para a quarta série do ensino fundamental, publicados entre 1975 e 2003. Numa análise diacrônica, comparou os livros publicados entre períodos (1975-1984; 1985-1993; 1994-2003). Nos livros foram contadas 794 unidades de leitura, das quais 252 foram analisadas. Os números de personagens brancos somaram 698 nas unidades de leitura, para 43 personagens negros.

Pesquisas que apresentaram os personagens **brancos como representantes da espécie humana**, muito mais frequente nas ilustrações, representado em quase a totalidade de posições de destaque (Pinto, 1987; Ana Silva, 1988; Oliva, 2003; Costa, 2004; Ribeiro, 2004; Carvalho, 2006; Pereira, 2006, Filho, 2005; Teixeira, 2006;); personagem negro menos elaborado que branco (Pinto, 1987; Ana Silva 1988; Cruz, 2000; Paulo Silva, 2005; Carvalho, 2006; Pereira, 2006). Personagens negros **sub-representado nos livros didáticos** (Ana Silva, 2001; Costa, 2004; Paulo Silva, 2005; Ribeiro, 2004; Filho, 2005; Carvalho, 2006; Pereira, 2006; Teixeira, 2006;).

Personagens **negros aparecem menos frequentemente em contexto familiar** (Pinto, 1987; Ana Silva, 1988, 2001; Paulo Silva, 2005; Teixeira, 2006;) e **desempenham**

**número limitado de atividades profissionais**, em geral as de menor prestígio e poder (Pinto, 1987; Ana Silva, 1988; Cruz, 2000).

**Crianças negras representadas em situações consideradas negativas** (Ana Silva, 1988), raramente em contexto escolar ou desempenhando atividades de lazer (Ana Silva, 1988, Paulo Silva, 2005; Ribeiro, 2004; Teixeira, 2006;).

Negros prevalentemente como personagens sem possibilidade de atuação na narrativa, em posição coadjuvante ou como **objeto da ação do outro**, em contraponto com os personagens brancos, com atuação e autonomia. (Pinto, 1987; Chinellato, 1996; Cruz, 2000, Paulo Silva, 2005; Carvalho, 2006; Pereira, 2006; Teixeira, 2006;).

Discursos das crônicas transcritas em livros didáticos apresentam **as concepções preconceituosas compartilhadas pelos personagens negros** (Chinellato, 1996).

As crônicas mais frequentes em textos didáticos apresentaram os **personagens negros pobres ou miseráveis, que desempenham os papéis sociais estereotipados ou estigmatizados** (Chinellato, 1996; Teixeira, 2006;). Por outro lado, **as narrativas das crônicas desvelaram a existência do preconceito e o utilizaram para expor ao ridículo os agentes preconceituosos** (Chinellato, 1996).

Personagens negros **em contexto sócio-cultural** omitido, prevalecendo valores da cultura européia (Negrão 1988; Ana Silva, 1988, 2001; Chinellato, 1996; Pinto, 1999; Oliveira, 2000; Oliva, 2003; Costa, 2004; Filho, 2005; Paulo Silva, 2005, Carvalho, 2006; Pereira, 2006; Teixeira, 2006; Teixeira, 2006;).

Textos que condicionam a representação do **negro como escravo**, vinculando-o a uma passagem daquela condição à de marginal contemporâneo (Oliveira, 2000, Oliva, 2003; Ribeiro, 2004; Teixeira, 2006;), associando o trabalho livre e o progresso do país aos brancos (Cruz, 2000; Ribeiro, 2004; Filho, 2005).

Manutenção da **população negra confinada a determinadas temáticas** que reafirmam o lugar social ao qual ela está limitada (Oliveira, 2000; Pinto, 1999; Cruz, 2000; Costa, 2004; Ribeiro, 2004; Paulo Silva, 2005; Carvalho, 2006; Pereira, 2006; Teixeira, 2006;).

## **SÍNTESE DE RESULTADOS DE PESQUISAS SOBRE O NEGRO EM LIVROS DIDÁTICOS BRASILEIROS FONTE; SILVA, 2005, p.14.**

Com os resultados das pesquisas é possível notar, que o avanço não foi significativo, a hierarquização do branco ao negro continua em evidência, o que contribui para que o discurso racial seja limitado.

Os resultados da pesquisa de Muller (2015) partiram de um levantamento e mapeamento da produção acadêmica, entre 2003 e 2013, ou seja, após a inclusão da Lei n °10.639/2003, a sua análise era baseada na forma como o negro era retratado. Com a pesquisa Muller, o negro ainda era visto com uma visão de subalternidade, já que a história contada era apenas a escravidão, ou seja, comparado as duas pesquisas é possível notar que não houve muita diferença entre as duas, o negro ainda continua sendo visto de forma inferior.

A presença do negro nos livros, freqüentemente como escravo, sem referência ao seu passado de homem livre antes da escravidão e às lutas de libertação que desenvolveu no período da escravidão e desenvolve hoje por direitos de cidadania, pode ser corrigida se o professor contar a história de Zumbi dos palmares, dos quilombos, das 75 revoltas e insurreições ocorridas durante a escravidão; contar algo do que foi a organização sócio-política-econômica e cultural da África pré-colonial; e também sobre a luta das organizações negras, hoje, no Brasil e nas Américas. (SILVA, 2005 p.25)

O livro didático tem como objetivo fazer a interlocução entre aluno e professor, entretanto é necessário ter cuidado ao realizar a escolha do livro a ser trabalhado, visto que alguns levam ao entendimento do negro de forma inferior, vinculada a papéis de menor prestígio, o que acaba afetando o aluno que não se enxerga pertencente ao universo escolar, favorecendo a diminuição da sua auto-estima.

Isso tem impacto sobre a construção da identidade dos educandos de ascendência africana, indígena e mestiça, que não encontram referências positivas a sua origem, a sua cultura e a sua história, omitida ou mostrada de maneira caricatural, estereotipada e folclorizada na escola”-(SILVIA, 1995,p.135).

A preocupação em fugir dos estereótipos, faz necessária, especificamente nos livros didáticos, de forma a não produzir a exclusão do negro em sala de aula, reafirmando cada vez mais os estereótipos e a posição de estigmatizados.

Um texto oficial que auxilia a prática docente em sala de aula é o Parecer CNE/CP nº 003/2004. Neste documento o educador encontra um princípio, já que o mesmo traz pressupostos para trabalhar a temática no ambiente escolar. Entretanto afirmam que não tem como objetivo o foco de mudança da raiz européia para o africano, mas sim discutir assuntos que dialoguem com a lei.

No documento citado a cima informa que a escola e o professor devem utilizar o Parecer com meio para estabelecer conteúdos a ser estudados, prover material bibliográfico, material didático, elaborar projeto político-pedagógico que contemplem a diversidade étnico-racial. Os estabelecimentos de ensino devem fiscalizar o que está sendo trabalhando na sala de aula.

O Parecer traz caminhos que os educadores podem seguir, entretanto afirmam que a escola que deve fazer essas mudanças, nessa afirmação, que muitos professores não se encontram, sente-se perdidos, já que não possuem ajuda para implementar, tudo que foi abordado no Parecer, somente um referencial a seguir.

Em outras palavras, aos estabelecimentos de ensino está sendo atribuída responsabilidade de acabar com o modo falso e reduzido de tratar a contribuição dos africanos escravizados e de seus descendentes para a construção da nação brasileira; de fiscalizar para que, no seu interior, os alunos negros deixem de sofrer os primeiros e continuados atos de racismo de que são vítimas. Sem dúvida, assumir estas responsabilidades implica compromisso como entorno sócio cultural da escola, da comunidade onde esta encontra e a que serve compromisso com a formação de cidadãos atuantes e democráticos, capazes de compreender as relações sociais e étnico-raciais de que participam e ajudam a manter e/ou a reelaborar, capazes de decodificar palavras, fatos e situações a partir de diferentes perspectivas, de desempenhar-se em áreas de competências que lhes permitam continuar e aprofundar estudos em diferentes níveis de formação. (BRASIL, 2004, p.9)

O autor Florestan Fernandes, enfatiza a importância de o professor debater na sala de aula sobre a população negra, tendo todo cuidado ao realizar essa abordagem, já que o mesmo deve elucidar os aspectos pertencentes ao seu lugar na história.

Debater com os alunos vários episódios onde afro brasileiros tiveram participação ativa é de suma importância, na pretensão de entregar a essa gente o seu devido lugar na história, pois, não é simples para um aluno negro presenciar a sua identidade se dissipando defronte as terríveis afirmações que são vistas em aulas de história com relação ao advento do seu povo. Falar da participação dos negros na

história nacional, por exemplo, é imprescindível, pois a chamada “tradição cultural brasileira” possui muitos elementos favoráveis à constituição de uma verdadeira democracia racial (FERNANDES, 1972, p. 23).

Gomes (2003) destaca que o professor deve buscar um entendimento sobre o que é o racismo, para que sejam capazes de identificar uma prática racista na escola, além de ter um momento de formação com os outros professores para construir experiências de formação, vivenciar, analisar e dessa forma propor meios construir estratégias de intervenção da valorização da cultura negra.

## **Capítulo III- IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO DO PROFESSOR PARA A APLICAÇÃO DA LEI nº10. 639/2003**

### **3.1. Breves notas sobre a formação do professor**

#### **Formação continuada após a implementação da Lei nº 10.639/2003**

Os ambientes escolares esbarram-se no problema da falta de formação de professores para abordar essas questões em sala. O livro racismo e antirracismo na educação repensando nossa escola de Eliane Cavalleiro trazem estudos sobre a inclusão de curso para professores com intuito de realizar a capacitação através do núcleo de educação de Geledés. A temática do curso era Relações Raciais e Educação, abaixo foi transcrito a experiência de Geledés na formação do professor. Segundo informações do site Geledés Instituto da Mulher Negra fundada em 30 de abril de 1988. É uma organização da sociedade civil que se posiciona em defesa de mulheres e negros por entender que esses dois segmentos sociais padecem de desvantagens e discriminações no acesso às oportunidades sociais em função do racismo e do sexismo vigentes na sociedade brasileira.

Felizmente o curso superou minhas expectativas e fortaleceu minhas ações tanto pedagógicas quanto minhas relações pessoais. A partir do conhecimento e do entendimento de como se dá o processo de discriminação e exclusão da comunidade negra, a reação, a discussão e conscientização das pessoas para a importância do combate ao racismo acontecem de forma mais abrangente eficaz. Há alguns anos venho fazendo debates com meus alunos sobre preconceito em geral e em particular sobre preconceito racial. Depois de ter iniciado o curso passei a dar maior importância as questões raciais e houve um sensível melhora na qualidade dos debates e trabalhos em sala de aula (M.T.R., professor de português do ensino médio).

Passei a ver o mundo sob uma nova ótica, a observar melhor as atitudes de outras pessoas. Passei também a identificar melhor a reação das pessoas e com isso e me posicionar diante destas reações. Agora, reconheço onde estão a discriminação, a segregação e o preconceito.

Me pego discutindo, reagindo e explicando a minha nova posição. Um dia destes um grupo de amigas minhas estava admirando um folheto sobre a importância do registro civil em que havia uma criança negra.

“Como é lindinha!”, disseram.

“Tinha de ser uma criança negra.”

“Mas o que é que tem isso? Na propaganda da TV tem outras crianças”, argumentaram.

“Mas estão insinuando que as crianças negras são as que não têm registros.”

“É mesmo, não havíamos percebido isso. (M.A., profa. do ensino fundamental, estudante de pedagogia)

É notória a importância do curso para formação do professor, após a leitura dessa fala, percebe-se que a visão da professora sobre a importância de discutir assuntos que englobam o movimento negro, a mesma ampliou o seu olhar sobre as temáticas trabalhadas no curso, agora consegue perceber que uma propaganda traz consigo elementos de estereótipos do negro, que afirmam que crianças negras não possuem registros.

A autora relata como era a estrutura do curso, que continha aulas expositivas, discussão, leitura, debate de texto, dinâmicas de grupos. O trabalho era realizado a partir da ementa que deveria discutir alguns conceitos como: racismo, discriminação racial, preconceito racial, segregação social e desigualdades raciais, como a existência pode interferir no ambiente escolar.

Os conteúdos são obrigatórios, diferenciação racismo, discriminação racial, preconceito racial, segregação social e desigualdades raciais; ideologia da democracia racial e do branqueamento e sua influência escolar; estratégias do enfrentamento do racismo no Brasil; estrutura dos currículos escolares, abordagem dos saberes produzidos pela cultura juvenil; definição do movimento Hip Hop e discussão sobre cidadania proposta pelo Movimento Hip Hop no sistema formal de ensino da cidade de São Paulo na década de 1990.

Apesar de existir o curso, não são todos os professores que tem acesso a ele, mesmo o professor sendo o ponto principal nessa articulação para romper com esses paradigmas impostos pela sociedade do negro ser considerado inferior. Na Lei n ° 10639/2003 o docente também é visto como agente de mediação no conhecimento adquirido na escola é o professor que forma que tem a possibilidade de contribuir na formação das opiniões e tem um papel crucial nas manifestações racistas, discriminatórias dentro do contexto escolar.

A referida lei solicita que seja trabalhado de forma obrigatória nas escolas ensino da história e cultura afro-brasileira e africana, o docente tem como objetivo trazer para sala

elementos para sala que favoreçam essa discussão, falar sobre a África que é continente, trabalhar a luta do movimento negro, relatar os negros importantes para o Brasil, explicar por qual motivo o negro é representado de forma inferior, falar das teorias evolucionistas de Charles Darwin, problematizar o motivo ao qual o Brasil foi o último país que escravizou o número maior de negro e por mais tempo.

Com o fim da escravidão o número de negros existentes no Brasil era grande com isso, a elite procurou intensificar teorias racistas, produzindo assim preconceitos a pessoas de origem africana.

A Lei nº 10.639/2003 forneceu uma agenda de conteúdos a ser trabalhado desde a educação básica até a educação superior, o que incide na formação de professor e outros profissionais da educação, o que torna necessário mapear e analisar os pontos da referida lei que tem sido aplicado com sucesso, bem como os seus limites.

Neste sentido, na próxima seção, buscaremos apreender a práxis que vem vivenciada/experiência no cotidiano escolar de duas escolas, quais sejam, uma da rede privada de ensino e a outra da creche universitária de Niterói.

### **3.2. Práxis: o meu percurso teórico-metodológico**

Os ingressos a UFF e ao curso de Pedagogia contribuíram para a formação do meu ser social, o meu olhar foi aprimorado a cada dia, a cada aula. O formato do currículo do curso auxiliou a formar a pesquisadora/cidadã que hoje eu sou, visto que o mesmo traz disciplinas que possibilitam discussões sobre parte da realidade social logo nos primeiros períodos e posteriormente articulando-se com as disciplinas pedagógicas.

Ao decorrer da minha formação ingressei em uma escola particular, localizada em Niterói, RJ, como estagiária, neste espaço escolar vivenciei alguns episódios que oferecem elementos para a minha escrita do meu trabalho de conclusão de curso. Iniciei o estágio em uma turma de 1º ano, majoritariamente branca de classe média, com apenas duas crianças negras, uma filha do porteiro com a servente que estudava através de bolsa e a outra foi adotada ainda pequena por advogados de classe média alta. No ano seguinte, em uma turma de 20 alunos do mesmo segmento não havia nenhum discente negro. No ano posterior em uma turma de 16 alunos havia um único aluno negro que foi adotado por uma mulher branca de classe média alta.

No segmento do maternal até o quinto ano, não há nenhuma professora negra, única presença negra dentro de sala são de alunos e estagiárias. Na escola existem muitos trabalhadores negros, porém a maioria trabalha na limpeza, manutenção e portaria. É possível elencar nos dedos da mão a quantidade de negros que possuem um cargo diferente do citado a cima.

Os elementos escritos acima foram obtidos em três anos de trabalho na instituição. Há uma falta de representatividade muito grande, tanto em trabalhos realizados que ainda utilizam o lápis rosa que denominam “cor de pele”, mesmo já existindo giz cera com todos os tons de pele e lápis de cor. A escola trabalha com o negro em sua maioria em época folclórica, conhecido como o saci Pererê.

O caminho na instituição, em sua maioria era sempre muito difícil devido meu olhar crítico, pois a escola é localizada em um bairro de classe média, que nele vivem pessoas majoritárias brancas, os negros que presenciava eram os porteiros, as empregadas domésticas, os empacotadores, os carregadores, as acompanhantes de idosos, os mendigos, etc..

Ao chegar à escola, enxergava a mesma estrutura desigual vista fora dos portões da instituição.

. Esses sujeitos negros e negras continuam em espaços subalternizados, a teoria da “Democracia Racial”, continua a inviabilizar e naturalizar esses corpos negros pelo seu próprio fracasso. A reprodução da desigualdade proveniente da hierarquização racial perversa é uma ferida ainda não tratada de forma adequada. A pergunta é quando isso vai mudar? Quando presenciarei negros nos altos cargos? Será que eu devo deixar de estar neste lugar, ou fazer presente e mostrar que o meu lugar é onde eu quiser?

Outra experiência se dá em um colégio universitário localizada na Faculdade de Educação, *Campus* Gragoatá, da Universidade Federal Fluminense, o local possui uma estrutura diferenciada, de outros espaços escolares frequentados, algumas salas não possuem portas, onde a criança entende que o espaço é aberto, ou seja, a mesma tem a liberdade de circular por ele, conhecendo assim todos que estão a sua volta.

As salas de aulas, em sua maioria possuem um total de 15 crianças, que se dividem em idades, 5 crianças de 3 anos, 5 crianças e 4 anos e 5 crianças de 5 anos, essa separação se dá pelo

projeto instituído a multi-idade, que compreende em inserir em um mesmo local, crianças de faixas etárias diferentes

As crianças de diferentes idades relacionam em um mesmo ambiente, porém o convívio é muito produtivo, porque os mesmos auxiliam o tempo todo. No grupo vermelho teve um episódio onde uma criança de quatro anos, conseguiu ajudar no avanço de outra criança de três anos a traçar suas primeiras letras.

A importância em considerar o ritmo de cada criança é outro ponto abordado no Parecer, que é seguido na local do estágio que busca evidenciar que o educador deve estar atento a essas variações, pensar de que forma pode ajudar essa criança, visto que cada criança age de forma diferente a cada situação.

Cada criança apresenta um ritmo e uma forma própria de colocar-se nos relacionamentos e nas interações, de manifestar emoções e curiosidade, e elabora um modo próprio de agir nas diversas situações que vivencia desde o nascimento conforme experimenta sensações de desconforto ou de incerteza diante de aspectos novos que lhe geram necessidades e desejos, e lhe exigem novas respostas. Assim busca compreender o mundo e a si mesma, testando de alguma forma as significações que constrói, modificando-as continuamente em cada interação, seja com outro ser humano, seja com objetos. (BRASIL, 2009, p.7)

O local citado é um mergulho na aprendizagem, o estágio é muito aproveitado, o olhar é aprimorado a cada dia, percebemos que para ensinar, não é necessário apenas seguir o planejamento, o ensinar vai além, o mesmo pode ser modificado na hora, caso a criança deseje apreender outro assunto, já que trabalhamos para elas, porque não ouvir o que desejam?

Com a vivência no ambiente escolar é possível identificar que a valorização da autonomia é um assunto abordado, a criança sendo considerada como ser ativo em seu processo de aprendizagem, já que possui voz para relatar o que deseja tanto em escolha de brincadeiras e atividades.

Cabe às instituições de Educação Infantil assegurar às crianças a manifestação de seus interesses, desejos e curiosidades ao participar das práticas educativas, valorizar suas produções, individuais e coletivas, e trabalhar pela conquista por elas da autonomia para a escolha de brincadeiras e de atividades e para a realização de cuidados pessoais diários. (BRASIL, 2009, p.8)

O lúdico é muito explorado neste contexto escolar através de brincadeiras, apoiado no estudo de Vygotsky na brincadeira como lugar de desenvolvimento. As crianças conseguem se apropriar das referências culturais, que muitas das vezes pode ser percebida, quando estão brincando de faz de conta, porém não as reproduzem elas recriam-nas. Por isso é importante que esteja à disposição das crianças espaços que estimulem sua imaginação.

Uma atividade muito importante para a criança pequena é a brincadeira. Brincar dá à criança oportunidade para imitar o conhecido e para construir o novo, conforme ela reconstrói o cenário necessário para que sua fantasia se aproxime ou se distancie da realidade vivida, assumindo personagens e transformando objetos pelo uso que deles faz. (BRASIL, 2009, p.7)

O espaço mencionado, procura sempre trabalhar a inserção das crianças negras no contexto escolar, neste lugar não existe o lápis cor de pele, e sim a cor de sua pele e a mesma possui autonomia para pintar da cor que deseja.

As professoras procuram trabalhar a diversidade, estimulando as crianças a conhecerem as diferenças, sem minorizá-las, apenas reconhecendo-as, essa exploração é feita através de desenhos, leitura de livros que retratam os negros, trazendo a história, explorando assim as princesas negras existentes, que as crianças desse locus gostam de brincar, mostrando que não existem apenas as princesas da Disney.

É desafiador para escola e professores romper com perfil idealizado de professores e alunos, porém o educador não pode ficar inerte mediante a dificuldade, os padrões devem ser rompidos, o professor possui a chave para abrir essa porta, essa exclusão não pode começar na educação infantil e nessa etapa que devemos procurar modificar essa visão, significaria alterar as relações de poder, redefinir escolhas e tomar novos rumos.

### **3.2.1. Análise dados**

Após as análises teóricas feita no Capítulo I e bibliográfica realizada no capítulo II sobre a importância da aplicação da LEI nº 10.639/2003, abordaremos nesta sessão os resultados da pesquisa. Uma parte dela foi realizada através de um questionário, cujos participantes foram graduandos (que já tinham feito a disciplina de Relações Étnico-Raciais) e egressos, licenciados em Pedagogia pela Faculdade de Educação, *Campus* Gragoatá, da Universidade Federal

Fluminense. A outra foi através de entrevista a um docente, coordenador de grupo de pesquisa em torno da temática.

O questionário foi do tipo semi-abrupto, com o objetivo de identificar o conhecimento dos participantes sobre a LEI nº10. 639/2003; mas também a importância que dada à Lei e se já tinham realizado alguma atividade voltada para a temática; de que forma trabalhavam a história afro-brasileira e se consideravam habilitados para ministrar aula com os conteúdos curriculares do curso de sua formação na UFF. O eixo central da discussão foi os desafios enfrentados para aplicação da LEI nº10. 639.

Dos 25 entrevistados, 40% não concluíram o curso e são alunos entre o 9º ao 11º períodos, sendo 60% concluintes.

Todos os entrevistados afirmaram conhecer a LEI nº10. 639/2003. Porém a lei foi apresentada de forma superficial, pois 30% a conheceram nos primeiros períodos e os demais nos períodos subsequentes e 20% apenas souberam da lei na disciplina de Relações Étnico-Raciais.

Para 100 % dos entrevistados é de suma importância a aplicação da lei no ambiente escolar, de modo a vivenciar cada vez mais a história e cultura afro-brasileira, visto que são cada vez mais crescentes as discriminações que ocorrem nos ambientes escolares. Conhecer a história do nosso país é necessário, não só pra compreender o contexto social, político e histórico, mas para o auto-reconhecimento como cidadãos, partícipes das práticas da sociedade. Se não há a ciência de como nos construímos como povo brasileiro, nossas relações se manterão tensionadas, o que gera o preconceito, nesse caso principalmente o racial. O preconceito e o racismo infelizmente ainda não foram extintos na nossa sociedade, e a escola em sua função social precisa ser um espaço de conscientização e formação de cidadãos sem distinção de raça, cor e etnia.

Ao levar a pesquisa para o lado prático, ou seja, o trabalho em sala de aula, dentre os entrevistados apenas 30% afirma está preparado para debater assunto referente à história do negro em sala, os outros 70% relatam que é necessário um estudo maior, que com as disciplinas presentes no currículo da UFF não era possível trabalhar de forma que não fosse insegura, de alguém que não obtém um aprofundamento fundamental.

A crítica a essa falta de preparo é decorrente da ausência de discussão sobre a Lei nº 10.639/2003 na universidade, a disciplina que aborda essa temática é ministrada apenas no 8º período, entretanto o

conteúdo pode ser abordado em outras aulas, não apenas na disciplina de Relações Étnico-Raciais, como alguns entrevistados citam que foi abordado em matérias que são lecionadas no 1º e 2º período.

Para aprofundar a discussão foi realizada uma pergunta referente, a forma que trabalharam a historicidade do negro na formação ou em seu trabalho, dentre os alunos que não concluíram o curso, 40% declaram que confeccionaram um livro de histórias infantis com o enredo de personagens negros e a confecção de um jogo que abordasse a história dos negros, sendo essa a atividade mais próxima a discussão mencionada, 8 % não tiveram contato com nenhuma atividade e 12% possuíram familiaridade com o assunto através de debate e estudos em grupo de pesquisas que atuam na universidade como bolsista.

Os professores que concluíram o curso realizam seus trabalhos voltados a contação de história infantil, o reconhecimento da identidade, devido criança negras se retratarem como brancas e atividades que são feitas no dia/semana da Consciência Negra.

Por último os entrevistados responderam uma pergunta se consideram o Brasil um país racista, todos responderam que sim e 90% dos entrevistados afirmam que fazem parte das pessoas racistas, visto que tem atitudes/pensamentos que o colocam dentro desse perfil.

A rotina escolar deve estar voltado para uma educação antirracista, como foi afirmado pelos professores e futuros professores o racismo está presente no Brasil e prover uma educação com o objetivo de erradicar o racismo é o nosso papel e dever. O racismo no Brasil está enraizado, relacionam o negro de forma inferior. Os negros sofrem diariamente as consequências da escravidão

A educação é um caminho para romper como paradigmas que corrompem os negros são necessários mostrar as crianças negras que elas podem conseguir tudo o que objetivam, de forma a trabalhar sua autoestima e mostrar suas raízes, a sua história, os que os negros construíram ao longo dos anos, não apenas como escravo passivo.

Daí a necessidade de reverter o quadro segregador do negro e reconstruir seu espaço, visando derrubar o que era tido como negativo, impuro, inculto e desvalorizado. A literatura então que buscamos deve se nutrir de idéias de desconstrução de verdades, que negam o negro substituindo-as por outras e exaltar-lhe a condição humana. (PESSANHA, 2003, p. 162)

A entrevista foi realizada com o professor adjunto do departamento de Geografia da UERJ- FFP Denílson Araújo de Oliveira Araújo de Oliveira com base no seu trabalho com o Grupo de Pesquisa Negra- Núcleo de Estudo e Pesquisa em Geografia Regional da África e da Diáspora. Criado em 2013, o grupo é constituído por graduandos dos Cursos de Geografia, Serviço Social e Pedagogia, mestrandos e doutorandos, da UFF e da UERJ. Os encontros ocorrem as quartas feira à noite, na UFF ou na UERJ.

O grupo foi criado a partir da inquietude de estudantes e do professor Denílson Araújo referente à temática antirracista. A princípio, o caráter do grupo era mais de um espaço de estudo e de discussão do que propriamente de pesquisa e extensão. O processo de implantação e implementação da lei foi requerendo do grupo criar linhas de pesquisa para entender o que se dava nas escolas e universidades. .

Entretanto em um momento perceberam que era necessário levar a discussão para fora a partir de ações conforme descritas a cima, porém sem perder a ideia de continuar estudando, para transformar uma realidade e preciso entender como ela se dá sem perder o foco da leitura, e continuar a atuação nas ações política.

O Grupo de Pesquisa Negra- Núcleo de Estudo e Pesquisa em Geografia Regional da África e da Diáspora. Tem as seguintes linhas: As dimensões espaciais das culturas negras em diáspora; Inscrição Espacial do Racismo e Antirracismo no Espaço Urbano; Novas metodologias sobre o Ensino de Geografia da África; Pilares do Pensamento Descolonial e das Epistemologias do Sul

Nossa entrevista buscou entender a motivação da criação do grupo, as ações que vem sendo realizadas para implementação e discussão dessa temática para espaços que não seja exclusivamente da pesquisa.

A entrevista se deu com base em duas perguntas, quais sejam, Por qual motivo o grupo foi criado? Quais foram às implicações que levaram a essa temática?O professor respondeu livremente as questões, que transcrevo a seguir..

“A ideia do grupo surgiu quando comecei a dá aula na Faculdade de Formação de Professores em 2005 quando me tornei professor substituto, fiquei nesse cargo até 2009. A disciplina que fiquei encarregado, tinha como um dos temas Ensino de Geografia da África e

naquele momento especialmente pelas minhas questões de pesquisa eu buscava pensar a implementação da Lei nº10639/2003 e também os enfrentamentos da luta antirracista.

Naquele momento eu estava terminando o meu mestrado, e buscava estudar os impactos políticos e territorial do hip hop, e o que me chamava atenção era particularmente a voz de jovens negros das periferias urbanas, falando sobre racismo e criando formas de enfrentamento do racismo, então era isso que eu estava investigando, já fazia essa investigação desde minha graduação que eu fiz minha monografia sobre isso e continuei essa discussão no meu mestrado.

Por volta de 2007 comecei a desenhar minha tese de doutorado que buscava investigar como o racismo se inscreve no espaço urbano e nesse meio tempo eu continuava ministrando aula na Faculdade de Formação de Professores e comecei a construir um banco de dados sobre o ensino de África especialmente pelo fato que na época pouca se falava e infelizmente o que era muito apresentado era uma visão eurocêntrica sobre África, ou seja, a África era reduzida a domínio da paisagem natural, fome, miséria e guerras isso acontece na África, isso existe, mas isso existe também em várias áreas do mundo, então eu percebia muito uma leitura metonímica, ou seja, tomava uma parte e se dizia como todo, e aí eu continuei dando aula FFP e comecei meu doutorado em 2009 sobre racismo no espaço urbano e dentro dessas discussões eu percebi a necessidade de construir um tipo de leitura, teoria que buscasse dá conta desse tema, pelo fato da maioria das teorias especialmente da que parte da teoria critica dominada, uma leitura reducionista do marxismo entra pouco nesse diálogo com a questão racial, então eu comecei a fazer diálogo com outros pensamentos, outras linhas de pensamento especialmente da Antropologia, Sociologia e com alguns autores especiais Carlos Moore, Abdias do Nascimento e tentando trazer isso para a Geografia que era minha área especifica e também colocando uma questão única raça e racismo para Geografia, a partir desses conjuntos de questões que estudei na minha dissertação cultura e racismo e na minha tese de doutorado comecei a estudado o racismo no espaço urbano, busquei também outras fontes de pensamento, como o pensamento descolonial latino americano e as discussões que eu estava fazendo como professor substituto me aproximou também dos estudos afrocêntrico.

Em 2012 eu me tornei professor efetivo, e a ideia desse grupo começou a se colocar com mais intensidade que eu já tinha pensado a ideia do grupo em 2006, mas como estava como professor contratado com outras demandas não consegui fazer, a partir de 2012 comecei a pensar

essa questão, mas muito provocado pelos alunos e essa provocação começou a fazer com que começasse à com construir algumas linhas de pesquisa para esse grupo, eu pensei muito na minha trajetória.

Por volta de novembro de 2012 começamos a fazer as reuniões do grupo de pesquisa, inicialmente começamos como um grupo de estudos que buscávamos estudar alguns autores, no grupo existia duas perspectivas pelo fato de ser formado por estudantes de Geografia e fora da Geografia, durante da PUC de Letras, professor de História, Geografia, pedagogos que começaram a participar do grupo e aí passou a ter duas naturezas, formativa- de uma formação política, pelo fato que eu coloquei logo em estudo o combate a qualquer forma de opressão, visto que o racismo se entraia a diversos tipos de opressão, uma lógica machista, homofóbica, sexista, misógina, o grupo não era apenas para leitura, caso algum integrante deparasse com algum tipo de opressão seria estudado formas de combater.

Outro aspecto era o acadêmico, graduandos que estavam fazendo suas monografias, mestrands que queriam fazer suas teses, doutorando que queriam fazer seu projeto de pesquisa. Então começamos a fazer leitura que eu via como importante, buscava desdobrar leituras que já estava fazendo nas disciplinas da graduação especialmente sobre África e pensamento decolonial e de alguns pilares que envolvem a luta anti-racista, a leitura era feita sempre do livro por completo.

O grupo tinha essas linhas, mas não eram todas pessoas que se inseriam nessas linhas, alguns integrantes colocavam outras questões, cinema, novela, cineclube como ativismo negro, produzimos também trabalho na construção de materiais didáticos envolvendo tema como ensino de África, trabalhos como o livro didático apresenta as mulheres africanas.

A partir disso comecei a pensar na produção de palestras em escolas e em outros ambientes e depois o grupo começou a sentir uma necessidade de construir ações coletivas que buscasse tanger a luta anti-racista e no final de 2016 começamos a organizar um seminário e nesse seminário debatia questões sobre genocídio do povo negro e assim foi chamado Primeiro Seminário Sobre Genocídio do Povo Negro, a mesa foi formada com pessoas de movimentos sociais, as mães de Manguinhos, Projeto Moleque, fizemos uma mesa de cine clube como forma de constituir outras formas de representações do povo negro e uma mesa sobre a militarização

dos territórios e a questão racial e a última mesa era sobre a intolerância religiosa como a ideia de racismo religioso, tivemos como mediadores das discussões os integrantes do grupo. A ideia era que também começasse oferecer ações para além do grupo para o corpo universitário com um todo e também para professores, tivemos uma participação de alunos secundaristas e alunos em formação.

O grupo está em diálogo com a professora Tatiana Danner do Serviço Social, essa união se deu por o grupo ter uma assistente social que estudava o genocídio da juventude negra de São Gonçalo, além das articulações com professores do IFRJ de São Gonçalo.

“O grupo está fazendo algumas ações como o minicurso de Geografia da África para professores da rede Municipal do Rio de Janeiro e um trabalho de campo na área central do Rio conhecida como Circuito da Herança Africana”.

Com as informações apresentadas a cima, podemos perceber o quanto é importante trazer para debate essa temática, o professor Denílson Araújo de Oliveira, contribui ao tornar possível a discussão desses saberes, visto que, os alunos buscavam aprofundar o seu conhecimento. Um ponto positivo é que existia um grupo pesquisa dentro do espaço acadêmico, ou seja, de fácil acesso ao estudante. Os estudantes que responderam o questionário ressaltaram a falta de um estudo mais acentuado, caso os mesmo tivessem a possibilidade de ter acesso/ informação a esses grupos o seu entendimento sobre essa linha seria mais rico, devido possuir um número de recursos e instrumentos.

No presente momento, sou bolsista auxiliar em pesquisa pelo CNPQ. Pesquisamos as Tendências das Produções em Etnomatemática dos Congressos Brasileiros. Estou conhecendo um pouco mais acerca da história dos negros africanos e afro-brasileiros. Suas culturas e especificamente seus modos de “matematizar”. O contato com a cultura e a história dos negros, sob uma perspectiva Afrodiaspórica, me mostrou que há inúmeras possibilidades de implementação da Lei 10639, em sala de aula. Dentre elas, posso destacar: A resignificação das práticas pedagógicas, que traz a reboque autorias, reafirmações identitárias e formas de (re) existir. ( ENTREVISTADO B, 2018)

## **Considerações finais**

A inquietude/certeza em fazer esse trabalho, manifestou-se a partir do momento em que eu me reconheci como negra, a vontade de falar sobre o tema, debatê-lo é algo que busco, principalmente em ambientes escolares, devido à compreensão do significado, ou seja, da importância que a Lei nº 10.639/2003 representa para a luta do movimento negro.

O ingresso na Universidade Federal Fluminense, pode-se caracterizado como um marco na minha vida, a mudança foi significativa, leve, de um modo que não foi possível perceber que ela aconteceu, isto é, essa transformação já fazia parte de mim.

Na universidade, é possível identificar que cada estudante constrói um caminho para seguir, muitas das vezes, essa direção é feita de um jeito imperceptível, que acontece de modo particular, pelo que te afeta na vida acadêmica. No momento em que entendi que a minha luta seria dialogar sobre resistência negra, dá voz e ouvido ao negro, ou melhor, trazer o negro para o lugar de destaque.

No primeiro momento do trabalho foi realizada uma investigação acerca de conceitos pertinente a discussão da questão racial no Brasil a fim de expor a dicotomia entre eles. Para iniciar o primeiro capítulo, fez-se fundamental a análise do conceito de raça, etnia, diversidade e do termo mito da democracia racial, a fim de evidenciar como o racismo se instaurou até hoje. Para elucidar essa verificação, foram utilizadas as definições compreensões dos autores: Quijano (2005), Munanga (2003), Gomes (2005) e Souza (2013).

Em continuidade efetuou-se uma investigação do caminho percorrido até a promulgação da LEI nº10. 639/2003. A partir de Abdias Nascimento foi possível trazer para debate, discussões políticas em torno da luta do negro, o mesmo foi um homem destemido, que enfrentava todos os desafios devido à cor da sua pele, era incansável e não escondia o que te movia.

A luta do movimento negro ganhou destaque no trabalho, sendo apontado como uma forma de enfrentamento, na tentativa de reconstrução da identidade do negro e de suas memórias.

Apontamos ainda no segundo capítulo, uma análise da referida lei a fim de evidenciar, o que a mesma determina, ou seja, que torna obrigatório, para as grades curriculares, ensino fundamental e médio.

O currículo é um campo de estudo que dialoga com o trabalho, pois é através dele que é definido, o que será lecionado dentro da sala de aula. Com isso é necessário que seja incluso no dia a dia da escola, assuntos que dialogam com o que determina a LEI nº10. 639/2003.

Ao mergulharmos nesse debate, o livro didático, entra em discussão, já que é utilizado como um meio de auxílio do docente em sala de aula, entretanto, o cuidado na escolha do mesmo é necessário, em busca de apresentar o negro por outro véis, retirando-se da subalternidade.

Por fim, no terceiro capítulo buscaremos relatar sobre a formação do professor em torno à aplicação da Lei nº10. 369/2003 no ambiente escolar de modo a evidenciar os anseios enfrentados para aplicação da mesma.

Essa análise ocorre além dos conteúdos, visto que perpassa sobre a aprendizagem e experiência vivenciada em dois ambientes escolares, sendo um particular e outro uma creche universitária, com a finalidade de descrever como o negro é retratado nesses dois contextos. A observação das duas instituições mencionadas foi realizada na educação infantil, porém mesmo não sendo obrigatório o estudo da história do negro nesse segmento, percebe-se o quando se faz necessário, esse diálogo nos primeiros anos, a criança precisa ter esse acesso, para entender o contexto que vive.

A entrevista com professor adjunto do departamento de Geografia da UERJ- FFP Denílson Araújo de Oliveira Araújo de Oliveira foi realizada para evidenciar o quão é importante essas discussões dentro da universidade ou qualquer espaço escolar, o estudo é necessário para que seja colocada em debate a temática antirracista.

Por fim, foi apresentado resultados do questionário respondido por alunos do curso de Pedagogia e formandos entre o ano de 2017 e 2018, com análise ficou evidente que os entrevistados destacam a importância do ensino da história do negro, porém quando são perguntados se estão preparados para trabalhar a temática em sala, afirmam que não se sentem preparados para tal, devido não ter obtido muitas informações que auxiliaram nessa aula, os entrevistados em sua maioria afirmam que seria necessário uma pesquisa/leitura sobre esse assunto para trabalhar em sala, neste caso podemos voltar o que Cavaleiro (2001) ressalta a importância dos curso de formação, de modo a dá suporte para ao professor discutindo alguns

conceitos como: racismo, discriminação racial, preconceito racial, segregação social e desigualdades raciais, como a existência pode interferir no ambiente escolar.

A formação é importante, porém o professor deve buscar meios de tornar essa discussão presente em sala, trazendo elementos que destacam o papel social do negro no Brasil evidenciando as suas lutas, e a sua contribuição econômica, o período escravocrata pode ser discutido, entretanto é necessário romper com esse estigma que o negro aceitou ser escravizado e não lutou pela sua liberdade. Uma boa aula, somente é feita através de estudos, para aplicação da LEI nº10. 639/2003, ou seja, na universidade os estudantes aprendem o caminho e a importância desse estudo, no entanto ao chegar à escola não podem paralisar, por não obter todo o conhecimento e deixar de retratar um assunto essencial para sociedade. O docente exerce uma profissão que ele é o professor de todos os alunos de forma igual, com isso, calar-se não é opção. Com isso, apesar dos desafios enfrentados o professor deve buscar avançar na discussão racial e social, de modo a inserir todos os sujeitos no contexto racial e social.

É necessário que a escola ressignifique sua prática pedagógica, visto que ainda trabalha com perfis idealizados de alunos e professores, com o estabelecimento de padrões, ocasionando assim um processo de exclusão. É nela que o indivíduo deve começar a reconhecer, a conviver e aprender a respeitar as diferenças.

Um dos maiores desafios e dilemas dos educadores é a reflexão sobre a historicidade dos fatos que culminam com as discussões atuais. Aos poucos eles têm compreendido que o estabelecimento de padrões culturais, cognitivos e sociais acaba contribuindo muito mais com a produção de exclusão do que com a garantia de uma escola democrática, inclusiva e de qualidade.

É necessário repensar o papel do professor, tendo em vista que a compreensão de que cada aluno é diferente, com uma cultura diferente, cabendo à escola respeitar, reconhecer e aceitar as diferenças. Além de profissionais da educação os professores são profissionais da cultura, pois não possuem somente um padrão de aluno, visto que um dos componentes do ser humano é a “bagagem prévia” que cada um possui. Infelizmente nossa sociedade possui um padrão normativo e afasta, torna anômalo tudo o que é contrário a essa “norma”. Esse padrão de sociedade geralmente é definido em comparação com a classe dominante, que possui poder.

**Anexo I:**

Data \_\_\_\_/\_\_\_\_/2018

Caro (a) estudante Professor (a), Este questionário é parte de uma pesquisa sobre meu Trabalho de Conclusão de Curso e suas respostas são muito importantes para a fase exploratória. Por favor, responda as questões abaixo e reenvie-me por e-mail ([Ingrid.sd.carvalho@gmail.com](mailto:Ingrid.sd.carvalho@gmail.com)). Desde já, agradeço-lhe por sua colaboração!

**1º parte:** Caracterização do respondente:

**Qual seu período da faculdade**

1º a 3º ( )      4º a 6º ( )      7º a 9º ( )      9º a 12º ( )      conluinte: ano ( )

**Sexo**

Feminino ( )    Masculino ( )

**Já trabalhou em algum ambiente escolar ou trabalha?**

Sim ( )    Não ( )

**A instituição era:**

Pública ( ) Particular ( ) Federal ( ) Outras : \_\_\_\_\_

**2º parte: Com o surgimento da Lei nº10. 639/2003 se tornou obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana em todas as escolas,públicas e particulares. Você já conhecia a referida lei? Se sim favor informa em qual período a lei foi trabalhada?**

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

---

---

**Você como um futuro pedagogo considera importante trazer as discussões presentes na Lei nº 10639/2003, para a sala de aula? Justifique**

---

---

---

---

---

---

**A formação que obteve na faculdade, lhe forneceu suportes para abordar essa temática em sala? Justifique**

---

---

---

---

---

**Em algum momento da sua formação ou do seu trabalho, você já trabalhou sobre a história dos negros? Se sim informe em qual momento e como, caso responda não, informe o motivo ao qual não trabalhou?**

---

---

---

---

---

---

**Caso estivesse com uma turma e fosse solicitado que trabalhasse em sua aula assuntos que dialogassem com a lei. Você sentiria preparado? Justifique**

---

---

---

---

---

---

---

**Para você o Brasil é um país racista? Justifique**

---

---

---

---

## Referência bibliográfica:

ABDIAS RAÇA E LUTA. Direção Maria Maia. Tv Senado, 2012.(59 min.), son.,color.

ANDREWS, George Reid. Negros e Brancos em São Paulo (1888-1988). Trad. Magda Lopes. Bauru-SP, Edusc, 1998 ,p.210.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 10 jan. 2003.

BRASIL, Plano nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnicas e para o Ensino da História e Cultural afro Brasileira e Africana Brasília. DF. Out. 2004.

CANAU, Maria Vera. Sociedade multicultural e educação: tensões e desafios. In CANAU, Maria Vera (org). Cultura(s) e educação: entre o crítico e pós-crítico. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

CAVALHEIRO, Eliane. Racismo e anti-racismo na educação Repensando a escola/Eliane Cavaleiro( organizadora).- São Paulo :Selo Negro Edições, 6º edição,2001.

DA ROCHA L. C. P. Políticas Afirmativas e Educação: A LEI 10639/03 no contexto das políticas educacionais no Brasil contemporâneo, 2006. Disponível em: <[http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/marco2012/historia\\_artigos/3rocha\\_dissertacao.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/marco2012/historia_artigos/3rocha_dissertacao.pdf)>. Acesso em: 19 de novembro de 2018

INSTITUTO DA MULHER NEGRA. Géledes, 1988 . Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/>> Acesso em:22 de nov. de 2018

.FERNANDES, Florestan. O negro no mundo dos brancos. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: BRASIL. Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal no 10.639/03. Brasília, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p 39-62.

GOMES, Nilma Diversidade Étnico-Racial, Inclusão e Equidade na Educação Brasileira,Desafios,Políticas e Práticas,. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação,2010.

GOMES, Nilma. “Educação e Diversidade Étnico- Cultural.” In: Ramos, Marise Nogueira (Org). Diversidade na Educação: reflexões e experiências. Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 2003.

Gomes; G. T; Madeira; J.C. Uma breve análise do currículo formal e real: LEI: práticas educativas e a lei 10639/03. Revista do Lhiste, Porto Alegre, num.5, vol.3, jul/dez. 2016.Disponível em <https://seer.ufrgs.br/revistadolhiste/article/viewFile/68552/45981> Acesso em: 17 de nov. de 2018.

GOMES, Irene; MARLI, Monica. As cores da desigualdade. *Retratos. A Revista do IBGE*. Rio de Janeiro: IBGE, 2018, nº 11, pp. 15-19. Disponível em [https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com\\_mediaibge/arquivos/17eac9b7a875c68c1b2d1a98c80414c9.pdf](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/17eac9b7a875c68c1b2d1a98c80414c9.pdf) . Acesso em: 14 de nov de 2018.

GUEDES, Elocir; Nunes, Pâmela; ANDRANDE, Tatiane de. O uso da lei 10.639/03 em sala de aula. *Revista Latino- Americana de História*, v.2, n.6, 2013.

LEI 10.639/03 E LEI 11.645/08 - PROFESSORA CÂNDIDA FERREIRA, Fundação Leonel Brizola FLB-AP.**Youtube**.14 de fev de 2017. 1 hora 4 min e 22s. Disponível em :<[https://www.youtube.com/watch?v=j48\\_KcJMRIY](https://www.youtube.com/watch?v=j48_KcJMRIY)> Acesso em 07 de nov de 2018.

MARX, Anthony. “A construção da raça no Brasil: Comparações históricas e implicações políticas”in SOUZA, Jessé (org.). Multiculturalismo e racismo: uma comparação Brasil –Estados Unidos. Brasília: Ed. Paralelo 15, pp.157-167, 1997.

MUNANGA, K. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil. Editora: identidade nacional versus identidade negra/ Kabengele Munanga.- Petrópolis, RJ : Vozes, 1999.

MUNANGA,Kabengele. Uma abordagem conceitual das nações de raça,racismo, identidade e etnia. Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação-PENESB-RJ, 2003. Disponível em <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-nocoas-de-raca-racismo-dentidade-e-etnia.pdf>> Acesso em:14 de nov. de 2018

MUNANGA, K. Superando o Racismo na escola. 2ª edição revisada/ KabengeleMunanga, organizador. – [Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

NASCIMENTO, L.S. Relações Raciais em Livros Didáticos de Ensino Religioso Do Ensino Fundamental. Dissertação de mestrado em Educação (UFPR), 2009

PEREIRA, Edimilson de Almeida. Malungos na escola: questões sobre culturas afrodescendentes e educação. São Paulo, 2007.

PEREIRA, Júnia Sales.Reconhecendo ou construindo uma polaridade étnico-identitária? Desafios do ensino de história no imediato contexto pós-Lei nº 10.639 Estudos históricos. Rio de Janeiro v.21 n.41, 2008.

PEREIRA,MárciaMoreira;SILVA,Mauricio. PERCUSO DA LEI 10639/03 ANTECEDENTES E DESDOBRAMENTOS. Disponível em :<[http://jararaca.ufsm.br/websites/l&c/download/Artigos12/marc\\_mauric.pdf](http://jararaca.ufsm.br/websites/l&c/download/Artigos12/marc_mauric.pdf). > Acesso em: 12 de mar. de 2016.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In:Edgardo Lander (org). Colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais.Perspectivas latino americanas ColecciónSurSur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005.

Revista Retratos IBGE, edição nº11, maio de 2018, Brasil

REGIS; Kátia; Sengulane; Hipólito. A LEI 10639/03 no Brasil e no Plano Curricular do ensino básico em Moçambique: políticas públicas com intencionalidades de inserção da diversidade nos currículos escolares. v.1, n.1, p.56-77. 2018. Disponível em :<<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/kwanissa/article/viewFile/8627/5281>> Acesso em: 18 de nov. de 2018 .

ROSEMBERG, F.; BAZILLI, C.; SILVA, P. Racismo em livros didáticos brasileiros e seu combate: uma revisão da literatura. Educação e pesquisa. São Paulo: v.29, n.1, p.125-146, jan.2003.

SANTOS DE LIMA GOMES, A Lei nº 10.639/03 como fruto da luta anti-racista do Movimento Negro. Educação anti-racista caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03/ Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. – Brasília: Ministério da Educação,

Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.236 p. (Coleção Educação para todos).

SANTOS, Jocélia Domanski Gomes dos. A lei 10.639/03 e a importância de sua implementação na educação básica. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1409-8.pdf>. > Acesso em: 07 de mar. de 2016.

Sem autor. Abdias do Nascimento. Portal do Governo; SP,2018. Disponível em:<<http://www.museuafrobrasil.org.br/pesquisa/hist%C3%B3ria-e-mem%C3%B3ria/historia-e-memoria/2014/12/10/abdias-nascimento> > Acesso em : 07 de nov. de 2018.

SILVA, P. V. B. Relações Raciais em livros Didáticos de Língua Portuguesa. 228 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

SOUZA, Mario Luiz. Racismo como um instrumento epistemológico e político para o entendimento da situação da população negra na sociedade brasileira.Revista da ABPN • v. 6, n. 12 • nov. 2013–fev. 2014 • p. 06-19